



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 – CONTEXTO OPERACIONAL

(a) Objeto social

A Casa da Moeda do Brasil – CMB – é uma Empresa Pública, constituída pela União nos termos da Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, originalmente vinculada ao extinto Ministério da Fazenda, atualmente pertencente a estrutura do Ministério da Economia, e dotada de personalidade jurídica de direito privado, sendo o seu capital pertencente integralmente à União e com sede no Setor Bancário Sul – SBS, Quadra 2, lote 03, Bloco Q, Edifício Centro Empresarial João Carlos Saad, salas 909, 910 e 911, Brasília – DF, CEP 70.070-120, tendo o seu estabelecimento industrial na Rua René Bittencourt, 371 – Distrito Industrial de Santa Cruz – RJ, CEP nº 23.565-200, possuindo como atividade principal, em caráter de exclusividade, a fabricação de papel-moeda e moeda metálica nacionais, cadernetas de passaporte para fornecimento ao Governo brasileiro, a impressão de selos postais, fiscais federais e títulos da dívida pública federal; as atividades de controle fiscal que tratam os artigos 27 a 30 da Lei nº 11.488/2007 e o art. 13 da Lei nº 12.995/2014, além das atividades compatíveis com suas atividades industriais, bem como a comercialização de moedas comemorativas nas quantidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva da CMB em 26 de fevereiro de 2019 e pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2019.

(b) Principais eventos ocorridos em 2018

Desligamento de Empregados

No dia 06 de abril de 2018, a CMB realizou o desligamento de 212 empregados. A redução do quadro de empregados foi avaliada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração como necessária para assegurar a sustentabilidade financeira e a continuidade empresarial.

A redução da folha de pagamento é parte necessária do conjunto de medidas para a recuperação econômico-financeira da CMB e para a preservação da empresa enquanto estatal não dependente.

Assinatura do Contrato de Parceria do Sistema de Controle de Rastreamento de Cigarros (SCORPIOS)

A Casa da Moeda do Brasil, atendendo à Convenção Quadro para o Controle do Tabaco e amparada pelo art. 28, § 3º, II e § 4º da Lei nº 13.303/2016 – Lei de Responsabilidade das Estatais – celebrou contrato de parceria CMB junto à empresa Ceptis Indústria e Comércio de Tintas e Sistemas SA, garantindo assim a continuidade do Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (SCORPIOS) a partir de 6 de setembro de 2018. Tal parceria foi formada com objetivo de permitir a reunião de esforços das parceiras, para, em conjunto, e a partir de cooperação tecnológica, implantar, integrar, instalar e manter sistemas de controle de produção de cigarros, por força da Lei nº 11.488/2007, bem como de fornecer, imprimir, distribuir e ativar o “selo fiscal inteligente”, de modo a permitir o avanço tecnológico e a inovação para o integral cumprimento das obrigações legais atribuídas à CMB e alcançar novos mercados. A duração da parceria contratual será de 10 (dez) anos, prorrogável de acordo com a vontade consensual das partes.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

Recebimento de valores retidos pela União sob a forma de taxas por serviço público

A CMB recebeu parte dos valores retidos pela UNIÃO das operações de Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais dos Programas Sistema de Controle de Bebidas (SICOBEBE) e Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (SCORPIOS).

O Projeto de Lei nº 29 de 21/09/2018, de autoria da Presidência da República, que deu origem a Lei nº 13.744 de 22/11/2018, abriu Orçamento Fiscal da União em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública e da Fazenda, liberando crédito especial no valor de R\$ 372.155.920,00 para atender à programação de repasse. Desse total, R\$ 358.000.000,00 foram destinados à CMB.

Em 29/11/2018, a Portaria SOF nº 12.665 contemplou a alocação de recursos na ação Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais, por força da Lei nº 13.744/2018, a qual foi publicada utilizando o superávit da fonte 00, e a oportunidade de aproveitamento do excesso de arrecadação da fonte 75, com vistas à consecução da mencionada ação na Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Por fim, em 06/12/2018, foi publicada a Portaria MF nº 480 que disciplinou os procedimentos no âmbito Ministério da Fazenda, atual Ministério da Economia, para execução e destinação da receita decorrente das operações de Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais, e a segregação dos percentuais ainda retidos de Desvinculação da Receita da União (DRU) na ordem de 30% dos valores arrecadados.

Dessa forma, os pagamentos das operações de Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais passam a ocorrer até o último dia útil do trimestre civil subsequente à arrecadação da mesma. De modo que, em 24/12/2018, foram recebidos R\$ 159.012.433,62; em 27/12/2018 R\$ 93.759.766,40 e, em 04/01/2019, serão recebidos R\$ 70.957.404,61, perfazendo um montante de R\$ 323.79.604,63. A diferença corresponde à parcela a ser recebida no trimestre seguinte referente à arrecadação do último trimestre do ano de 2018.

Judicialização de processo contra o Banco Central do Brasil

A CMB judicializou processo contra o Banco Central do Brasil – BACEN cobrando R\$ 694 milhões por conta de cobertura de custos fixos incorridos pela CMB por conta de cobertura de custos fixos incorridos pela CMB, formalizada por ação distribuída em 13.12.18 para a 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

1.2 – DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

As Demonstrações Contábeis foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), em vigor em 31 de dezembro de 2018.

As Demonstrações Contábeis da CMB estão sendo apresentadas conforme a orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas Notas





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

Explicativas. Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação, considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a entidade.

A Administração avaliou a capacidade da Casa da Moeda do Brasil de se manter operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Ressalte-se que a CMB é uma empresa federal, com 325 anos de existência, 100% pública, e independente do Orçamento Geral da União. Adicionalmente, não há conhecimento por parte desta Administração de nenhuma incerteza material em relação a eventos ou condições que possam gerar dúvida significativa em relação a sua capacidade de operação.

Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

NOTA 2 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2018, bem como nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pelas descritas abaixo:

IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A nova norma, para períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2018, resulta em maiores e aprimoradas divulgações sobre a receita, fornece orientações para transações que não foram anteriormente abordadas de forma abrangente e melhora a orientação para elementos múltiplos.

A CMB avaliou a IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros na data efetiva, sem atualização das informações comparativas para o período iniciado em 1º de janeiro de 2017. Consequentemente, as divulgações para os períodos comparativos seguem os requisitos de classificação e mensuração previstos no IAS 39/CPC 38.

2.2 – PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EMITIDOS RECENTEMENTE

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para exercícios contábeis anuais futuros. Embora as IFRSs prevejam a adoção antecipada, no Brasil os entes reguladores têm vedado essa antecipação para resguardar aspectos de comparabilidade. Dessa forma, para o período findo em 31 de dezembro de 2018, a referida norma a seguir não foi aplicada na preparação dessas Demonstrações Contábeis.

IFRS 16/ CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (vigente a partir de 1 de janeiro de 2019) substitui os requisitos contábeis de arrendamento mercantil existentes e representa uma alteração significativa na contabilização e divulgação de arrendamentos que, anteriormente, eram classificados como arrendamentos operacionais com mais ativos e passivos a serem reportados no Balanço Patrimonial e um reconhecimento diferente dos custos de arrendamento.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

A CMB está em processo de avaliação do impacto total da aplicação da IFRS 16/CPC 06 (R2). A CMB procedeu à análise da relevância dos valores de direito de uso e do passivo de arrendamento em relação ao seu ativo imobilizado e intangível, além dos efeitos sobre os índices econômicos e financeiros sobre tais alterações, e constituiu o Procedimento de Normativo Interno – Reconhecimento Contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (PRO-E2103/001). A partir de tais efeitos, a CMB poderá apresentar arrendamentos operacionais reconhecidos no seu Balanço Patrimonial a partir de 2019.

2.3 – OUTRAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES ÀS NORMAS

As demais alterações mandatórias para Demonstrações Contábeis, com início em 1º de janeiro de 2018, não foram listadas acima devido à sua não aplicabilidade ou à sua imaterialidade para as Demonstrações Contábeis da CMB.

NOTA 3 – BASE DE PREPARAÇÃO E MENSURAÇÃO

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em reais (“R\$”). O critério de mensuração utilizado na elaboração das Demonstrações Contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com riscos insignificantes de mudança de valor, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos de saldos de contas garantidas, quando aplicável.

(b) Contas a receber

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD). O ajuste a valor presente para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela não relevância do impacto nas demonstrações.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do Balanço Patrimonial. Uma PECLD é registrada quando há evidência objetiva que a CMB não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a PECLD no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na demonstração do resultado, assim como suas reversões.

(c) Estoques

Os estoques são inicialmente registrados pelo seu custo de aquisição e, posteriormente, são valorizados pelo menor, entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui os gastos incorridos na aquisição do bem, transporte até sua localização atual e colocação em condições de





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

uso e venda. Para a apuração do custo dos estoques emprega-se o método da média ponderada móvel.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos, e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis baseados na capacidade operacional normal. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado em condições normais de mercado, deduzido dos gastos para colocação dos produtos em condições de venda e realização da venda.

Estoques têm seu valor reduzido quando o valor líquido de realização antecipado se torna menor que o valor contábil dos estoques. O cálculo do valor líquido de realização leva em consideração as características específicas de cada categoria de estoque, tais como: data de validade, vida útil, indicadores de movimentação, entre outros.

(d) Investimentos

Os investimentos em participação no capital social de outras sociedades são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de perdas estimadas na realização do seu valor quando essa perda estiver comprovada como permanente, e que não serão modificados em razão do recebimento, sem custo para a companhia, de ações ou quotas bonificadas. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição deduzido de perdas estimadas para atender às perdas prováveis na realização do seu valor, ou para redução do custo de aquisição ao valor de mercado, quando este for inferior.

(e) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo abrange o preço de aquisição à vista acrescido de todos os outros custos diretamente relacionados ao ativo imobilizado de forma a colocá-lo em condições de operação na forma pretendida pela Administração da CMB. Os métodos de depreciação, valor residual, bem como as vidas úteis são reavaliados e ajustados, se apropriado, anualmente.

Não há no caso da CMB obrigações legais ou contratuais de desmontagem associados à ativos imobilizados e, portanto, não há constituição de provisões para desmobilização.

O montante depreciável é o custo de um ativo menos o seu valor residual. Os valores residuais, se não insignificantes, são reavaliados anualmente. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

Edifícios 25 anos;

Máquinas e equipamentos 10 anos e 18 anos;

Instalações 10 anos;

Utensílios 10 anos;

Computadores e periféricos 5 anos;

Veículos 5 anos.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

As vidas úteis e os valores residuais dos ativos são revisados, no mínimo, anualmente.

A Administração aplica julgamentos na avaliação e determinação das vidas úteis dos ativos.

(f) Intangível

Software

O software adquirido é mensurado pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada. A amortização relacionada a software está incluída no custo das vendas ou despesas administrativas, dependendo da atividade à qual o software está relacionado.

Amortização

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Software e custos de desenvolvimento capitalizados relacionados a tecnologia são amortizados ao longo de cinco anos.

(g) Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como imobilizado e ativo intangível são revisados, no mínimo, anualmente para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

Uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação.

Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

O valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo e o seu valor em uso. O valor justo é considerado o valor de mercado ajustado e líquido das despesas de venda. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

No caso da CMB, o valor recuperável de melhor representação é o seu valor em uso, já que dado a especificidade dos seus equipamentos, não há valor de mercado referencial. Ao mensurar seu valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Os ativos imobilizados e intangíveis são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

(h) Contas a pagar/Fornecedores

Contas a Pagar/Fornecedores são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente para efeito de determinação da taxa de juros efetivos não é aplicado nestas obrigações classificadas no curto prazo dado a não relevância do impacto nas demonstrações.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

(i) Empréstimos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo deduzido dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecido no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa efetiva de juros.

(j) Provisões

Provisões são reconhecidas quando: a CMB tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada), resultante de eventos passados; é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e o valor pode ser estimado com razoável segurança.

(k) Contingências

O passivo contingente é reconhecido quando é mais provável do que improvável que a CMB será obrigada a fazer pagamentos futuros, como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados, a várias reivindicações, processos e ações junto à CMB, relativas a disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos. A classificação quanto a condição de provável, possível e remoto bem como o critério de mensuração das contingências foram elaboradas em condições consideradas razoáveis.

(l) Imposto de Renda e Contribuição Social

A forma de tributação em que se enquadra a CMB é a do lucro real anual conforme legislação em vigor, com Provisão para Imposto de Renda à alíquota de 15% e adicional de 10%; e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido à alíquota de 9%.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são reconhecidos no resultado do exercício. A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal na data do Balanço Patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

(j) Reconhecimento de receita

A CMB reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Ao que se refere ao programa SCORPIOS, o reconhecimento dos Serviços Executados a Faturar é baseado na leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial, administrado pela Receita Federal do Brasil.

NOTA 4 – ATIVO CIRCULANTE

4.1 – CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA

O saldo de aplicações financeiras refere-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Nos termos da Resolução nº 4.034/2011, do Banco Central do Brasil, na qual comunica da deliberação do Conselho Monetário Nacional, as aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias da CMB estão sendo efetuadas no Banco do Brasil S.A, no Fundo de Renda Fixa de Curto Prazo - F.R.F. - BB - Extra Mercado, com taxa média anual de 6,9921%.

VALORES (EM R\$)		
CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA	31/12/2018	31/12/2017
CAIXA/CONTAS CORRENTES	8.722.243,79	17.669.158,99
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	422.789.330,23	223.910.830,84
TOTAL	431.511.574,02	241.579.989,83

4.2 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

VALORES (EM R\$)		
CLIENTES	31/12/2018	31/12/2017
Contas a Receber de Clientes	35.042.637,33	57.375.064,70
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(160.057,82)	(181.638,34)
TOTAL	34.882.579,51	57.193.426,36

CLIENTES	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 a 180 dias	Vencidos a mais de 180 dias	Saldo em 31/12/2018
Contas a Receber de Clientes	34.125.666,48	538.019,17	218.893,86	160.057,82	35.042.637,33
PECLD	0,00	0,00	0,00	(160.057,82)	(160.057,82)
TOTAL	34.125.666,48	538.019,17	218.893,86	0,00	34.882.579,51

Esta rubrica registra os saldos a receber de clientes da CMB até a data de 31/12/2018, sendo as variações mais relevantes, os Clientes: Departamento de Polícia Federal, com saldo de R\$ 16.710.256,48 (R\$ 51.038.609,17 em 2017), e Fedrigoni Brasil Papéis com saldo de R\$ 10.394.143,01 (R\$ 0,00 em 2017).

Este último cliente, atua na exportação de cédulas que visam atender a demanda do Banco Central da República Bolivariana da Venezuela, onde a CMB possui a responsabilidade de impressão, numeração, corte, acabamento e embalagem de cédulas na denominação de Bs 2000 (Bolívares) e Bs 20 (Bolívares), da República Bolivariana da Venezuela e a obrigação da contratante é fornecer à CMB o papel fiduciário necessário para a produção do total de cédulas.

O contrato estabelece que a Fedrigoni Brasil Papéis adiantará 25% do valor total do contrato. Os outros 75% serão pagos conforme as entregas forem sendo realizadas e a cada pagamento, abater-se-á, na mesma razão, o valor pago como forma de antecipação nos valores faturados.

Para os Clientes Comerciais, foi constituída Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa provenientes de transações operacionais de vendas ou serviços prestados em aberto com mais de 180 dias, até 31/12/2018.

4.3 – SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR

O reconhecimento dos Serviços Executados a Faturar é baseado em 70% leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial do programa SCORPIOS, administrado pela Receita Federal do Brasil, devido a retenção de 30% DRU (Desvinculação de Receita da União) conforme Emenda Constitucional nº 93.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2018**

SERVIÇOS A FATURAR	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
SCORPIOS	102.077.620,29	97.285.393,38
TOTAL	102.077.620,29	97.285.393,38

O saldo de R\$102.077.620,29, constante no Ativo Circulante, corresponde somente aos valores faturados no exercício de 2018, sendo o valor de R\$ 97.285.393,38 transferido para o Ativo Não Circulante.

Em 08 de setembro de 2016 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 93, que definiu nova redação ao artigo 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, na qual as taxas existentes, ou que venham a ser criadas, sejam passíveis de incidência de 30% de DRU – Desvinculação da Receita da União, agravado pelo disposto no artigo 3º, onde consta que a mesma produz efeitos a partir de 01/01/2016, incidindo sobre a receita da Casa da Moeda do Brasil – CMB proveniente de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de Bebidas e Cigarros (classificação SOF na natureza de receita 11220111 – Taxas por prestação de serviços – Principal), instituída pela Lei nº 12.995/2014, que é uma receita orçamentária, arrecadada por meio dos códigos de DARF 4805 – Taxa pela Utilização do Selo de Controle e 4811 – Taxa pela Utilização dos Equipamentos Contadores de Produção.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN procedeu ao ajuste nos códigos de DARF 4805 – Taxa pela Utilização do Selo de Controle e 4811 – Taxa pela Utilização dos Equipamentos Contadores de Produção, para que toda a arrecadação registrada a partir de setembro de 2016 fosse destinada à DRU, até que fosse alcançada a correta proporção de 30% de DRU e 70% de recursos destinados à CMB, retroativos a 01/01/2016.

Desse modo, a STN através da criação do código receita fonte 74 – taxa de poder de polícia registrado no Ministério da Fazenda, atual Ministério da Economia, inviabilizou o acesso da CMB aos recursos, conforme informado através do Ofício nº 03/2017/SUPOF/STN/MF-DF da Secretaria do Tesouro Nacional.

Entretanto, conforme informado no item 1.1 (b) contexto operacional – Recebimento dos valores retidos pela união sob a forma de taxas por serviços públicos, grande parte do saldo de 31/12/2018 já foi recebido; porém como o recebimento se deu nos últimos dias do ano de 2018, não houve a possibilidade pelo departamento responsável para proceder a conciliação, à emissão de notas fiscais e respectivas baixas dos títulos em aberto.

4.4 – ADIANTAMENTO DE FÉRIAS

O valor de R\$ 5.393.050,13 registrado nesta rubrica – está constituído com base no artigo 145 da Consolidação das Leis de Trabalho, Decreto Lei nº 5.452/1943 – que determina o pagamento dois dias antes do prazo previsto para o início do gozo das férias.

DESCRIÇÃO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	5.393.050,13	4.345.723,89
TOTAL	5.393.050,13	4.345.723,89





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

4.5 – TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR DE CURTO PRAZO

TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
ICMS A RECUPERAR	13.227.245,31	12.891.905,57
IPI A RECUPERAR	5.247.931,88	10.244.975,16
COFINS E PIS A RECUPERAR - Insumos	22.260.890,90	18.392.576,37
IR E CSLL A RECUPERAR - Crédito Tributário	7.536.610,91	59.904.523,90
IRRF A COMPENSAR - Aplicações Financeiras	2.243.099,29	4.622.073,96
IRRF E CSLL A COMPENSAR - Retenção de Órgãos Públicos	783.674,98	205.079,59
OUTROS TRIBUTOS	6.483,54	2.669,02
TOTAL	51.305.936,81	106.263.803,57

A CMB para os tributos passíveis de pedido de restituição e/ou compensação (PER/DCOMP) junto à RFB, utiliza como prática de controle e acompanhamento tributário, a transferência para o longo prazo dos saldos credores dos PER/DCOMP realizados. Transferindo os referidos saldos para o curto prazo quando do despacho decisório favorável emitido pela RFB em virtude da expectativa de recebimento através de restituição.

As variações de R\$ 4.997.043,28 do IPI A RECUPERAR e R\$ 52.367.912,99 do IR e CSLL A RECUPERAR – Crédito Tributário, referem-se a PER/DCOMP que foram realizadas no exercício de 2018. A variação de R\$ 2.378.974,67 do IRRF A COMPENSAR – Aplicações Financeiras, refere-se basicamente à redução do saldo de aplicações financeiras no exercício de 2018.

O IRRF E A CSLL A COMPENSAR – Retenção de Órgãos Públicos está baseado na isenção tributária da CMB no faturamento decorrente da fabricação dos produtos com exclusividade para o BACEN, ECT, RFB, DPF e MRE, disposto no art. 11 da Lei nº 5.895/1973, reconhecida pelos Pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Parecer PGFN nº 907/2005, nº 2.338/2007 e nº 1.409/2009, além das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) nos Recursos Extraordinários 610.517 e 592.792 e na Ação Civil Originária 2179.

4.6 – OUTROS VALORES A RECEBER

OUTROS CRÉDITOS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	376.013,23	1.053.967,05
CREDITOS POR CESSAO DE PESSOAL	2.261.036,46	2.225.256,13
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	11.702.328,87	221.580,72
TOTAL	14.339.378,56	3.500.803,90

O saldo da rubrica CRÉDITOS POR CESSÃO DE PESSOAL corresponde a valores a serem ressarcidos à CMB por seus empregados alocados a outros Órgãos Públicos cujas remunerações devem ser reembolsadas à CMB de tais empregados cedidos. A CMB vem praticando diversas ações de gestão de recuperação de tais créditos junto aos Órgãos, bem como através de Ações Judiciais. Além disso, também tem utilizado desta metodologia como prática de redução dos gastos com pessoal.

Destaca-se a variação de R\$ 11.478.212,75, de OUTROS CRÉDITOS A RECEBER, que se refere a um contrato de ressarcimento, compra e venda por um procedimento de recompra de estoques dos selos fiscais – Selos de Controle Físico – entre a CMB e a UNIÃO, por intermédio da RFB. O





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

contrato de ressarcimento, compra e venda por um procedimento de recompra dos estoques dos selos de controle físicos formados pela RFB e ainda aptos para distribuição e o ressarcimento dos selos de controle físicos fornecidos pela CMB aos fabricantes, firma-se mediante pagamento de taxa instituída pelo art. 13, § 4º, I da Lei 12.995/2014.

4.7 – ESTOQUES

ESTOQUES	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
PRODUTOS ACABADOS	76.124.408,46	87.171.802,86
PRODUTOS EM PROCESSO	39.617.869,22	9.461.549,23
MATÉRIA-PRIMA	98.390.662,90	69.836.694,25
ALMOXARIFADO	14.576.565,30	13.296.792,96
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO	1.040.592,50	361.367,50
MATERIAL DE EMBALAGEM	4.572.402,56	4.195.647,92
TOTAL	234.322.500,94	184.323.854,72

O levantamento físico dos estoques é realizado por inventários rotativos – contagem cíclica. Os itens são selecionados diariamente pelo Sistema Integrado ERP. Os materiais são previamente cadastrados por Classe e Grupo e para cada Classe é definida a periodicidade com que se quer contar. Definidos os parâmetros, diariamente os itens são selecionados, contados e ajustados. O programa de contagem do sistema garante que todos os itens sejam verificados ao menos uma vez no decorrer do exercício. A variação na rubrica de Matéria-Prima é explicada basicamente pela aquisição de matéria-prima com vistas a atender a demanda por produtos para 2019, principalmente no Departamento de Cédulas – DECED, que responde por 56% do volume dos Estoques de matérias-primas em 31/12/2018. O valor de estoque consumido no exercício de 2018, reconhecido como custo de produto, foi de R\$ 346.812.123,80.

A variação na conta de Produtos em Processo refere-se ao custo das Ordens de Produção que passou em aberto para o exercício de 2019 nas fábricas e, principalmente, no DECED, que responde nesta rubrica por 74,3% do volume de produção em andamento. Esta ação de antecipação, busca uma melhor distribuição da produção ao longo do ano, proporcionando um melhor planejamento com redução dos Custos de fabricação e mitigação de riscos de não atendimento das demandas de cédulas nacionais e para exportação.

(a) Perda Estimada por Redução ao Valor Realizável Líquido

Os estoques são inicialmente registrados pelo seu custo de aquisição e, posteriormente, são valorizados pelo menor, entre o custo e o valor líquido de realização. No exercício de 2018 não houve reconhecimento de Perda Estimada por Redução ao Valor Realizável Líquido dos valores contabilizados.

No Departamento de Produtos Gráficos e Cartões – DEGER, identificou-se na rubrica de Matéria-Prima, estoque ocioso de Cartões em Policarbonato com Microcontrole, no valor de R\$ 19.970.951,45, que no momento aguarda demanda produtiva. Fato corroborado pelo relatório de *Impairment* do Ativo Imobilizado que apontou Máquinas ociosas, com capacidade de geração de receita para CMB, e que utilizariam esse insumo, mas no momento estão em processo de captação de novos clientes capazes de geração de receita empregando tais insumos.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

A manutenção deste cenário para os próximos 2 (dois) anos, prazo estipulado em plano de ação demandado ao DEGER para efetiva realização de novos negócios, implica reconhecimento de perda estimada para redução ao valor realizável líquido do estoque dessa matéria-prima. Para que não haja necessidade de tomar essa medida foi demandado plano de ação à área responsável para saber quais tipos de ações estão sendo tomadas com relação à utilização do insumo para fabricações de cartões para os próximos períodos.

4.8 – DESPESAS ANTECIPADAS

As Despesas Antecipadas no valor de R\$ 441.701,95 são referentes à última parcela do prêmio de Seguros de Riscos.

	VALORES (EM R\$)	
DESPESAS ANTECIPADAS	31/12/2018	31/12/2017
PRÊMIOS DE SEGURO A APROPRIAR	441.701,95	386.479,53
TOTAL	441.701,95	386.479,53

A variação de R\$ 55.222,42 se deve em função da renegociação do contrato de seguro no ramo de Riscos Nomeados e Operacionais referente sobre aos objetos patrimoniais da entidade.

NOTA 5 – ATIVO NÃO CIRCULANTE - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

5.1 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

A CMB em sua política comercial, não realiza venda de longo prazo. O saldo constante de clientes se refere à prática de controle e acompanhamento de clientes inadimplentes há mais de 1 exercício transferidos para o longo prazo.

	VALORES (EM R\$)	
CLIENTES A LONGO PRAZO	31/12/2018	31/12/2017
Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais	11.392.121,47	11.259.709,50
(-) PECDL - Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais	(11.392.121,47)	(11.259.709,50)
Valores a Faturar - Programa Sicobe	570.637.068,02	570.637.068,02
(-) PECDL - Valores a Faturar - Programa Sicobe	(34.621.777,78)	(31.198.269,61)
Valores a Faturar - Programa Scorpions	146.478.432,81	49.193.039,42
(-) PECDL - Duplicatas a Receber - Programa Scorpions	(4.010.026,44)	(3.623.014,75)
Duplicatas a Receber - Envasadores de Bebidas	28.520.773,62	28.706.701,37
(-) PECDL - Duplicatas a Receber - Envasadores de Bebidas	(785.401,85)	(12.873,19)
Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior	8.207.452,09	7.006.692,24
(-) PECDL - Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior	(8.207.452,10)	(7.006.692,24)
TOTAL	706.219.068,37	613.702.651,26

A principal variação dos clientes de longo prazo na rubrica Valores a Faturar – Programa Scorpions no valor de R\$ 97.285.393,39, que se refere à transferência dos saldos dos clientes do curto para o longo prazo por conta da política de controle e acompanhamento dos saldos de clientes em aberto há mais de 1 exercício.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

VALORES (EM R\$)

CLIENTES	Vencidos entre 1 e 3 anos	Vencidos entre 3 e 4 anos	Vencidos entre 4 e 5 anos	Vencidos a mais de 5 anos	Saldo em 31/12/2018
Contas a Receber de Clientes	570.579.349,21	53.070.821,54	21.830.041,16	119.755.636,10	765.235.848,01
PECLD	(243.849,06)	(1.632.752,20)	(3.211.849,04)	(53.928.329,34)	(59.016.779,64)
TOTAL	570.335.500,15	51.438.069,34	18.618.192,12	65.827.306,76	706.219.068,37

CLIENTES	Vencidos entre 1 e 3 anos	Vencidos entre 3 e 4 anos	Vencidos entre 4 e 5 anos	Vencidos a mais de 5 anos	Saldo em 31/12/2018
Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais	233.492,86	1.619.710,15	2.312.707,38	7.226.211,08	11.392.121,47
(-) PECDL - Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais	(233.492,86)	(1.619.710,15)	(2.312.707,38)	(7.226.211,08)	(11.392.121,47)
Valores a Faturar - Programa Sicobe	433.535.985,96	42.240.889,39	0,00	94.860.192,67	570.637.068,02
(-) PECDL - Valores a Faturar - Programa Sicobe	(9.812,51)	(11.709,99)	0,00	(34.600.255,28)	(34.621.777,78)
Valores a Faturar - Programa Scorpions	136.809.870,39	515.430,10	928.596,65	8.224.535,67	146.478.432,81
(-) PECDL - Duplicatas a Receber - Programa Scorpions	(543,70)	(452,47)	(29,71)	(4.009.000,57)	(4.010.026,44)
Duplicatas a Receber - Envasadores de Bebidas	0,00	8.694.791,90	17.697.946,65	2.128.035,07	28.520.773,62
(-) PECDL - Duplicatas a Receber - Envasadores de Bebidas	0,00	(879,58)	(8.321,47)	(776.200,79)	(785.401,85)
Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior	0,00	0,00	890.790,48	7.316.661,61	8.207.452,09
(-) PECDL - Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior	0,00	0,00	(890.790,48)	(7.316.661,61)	(8.207.452,09)
TOTAL CLIENTES	570.579.349,21	53.070.821,54	21.830.041,16	119.755.636,10	765.235.848,01
TOTAL PECLD	(243.849,06)	(1.632.752,20)	(3.211.849,04)	(53.928.329,32)	(59.016.779,64)
TOTAL CLIENTES - PECLD	570.335.500,15	51.438.069,34	18.618.192,12	65.827.306,78	706.219.068,37

(a) Clientes em aberto

Dos valores vencidos entre 1 e 3 anos, conforme informado no item 1.1 (b) (contexto operacional – Recebimento dos valores retidos pela União sob a forma de taxas por serviços públicos), R\$ 433.535.985,96 são dos Programas Sicobe que em grande parte já foram recebidos; porém como tal fato se deu nos últimos dias do ano de 2018, não houve a possibilidade pelo departamento responsável para proceder a conciliação, à emissão de notas fiscais e respectivas baixas dos títulos em aberto.

O valor de R\$ 11.392.121,47 refere-se a clientes nacionais cujos maiores montantes correspondem aos clientes Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN-RJ, R\$ 3.982.641,34; Gold Credit Ltda R\$ 2.266.140,00; Departamento da Polícia Federal - DPF, R\$ 1.839.191,13 e Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, R\$ 1.111.676,16.

Dos valores vencidos do Programa Scorpions a partir de 3 anos parte se refere a clientes inadimplentes dos quais a CMB através do seu Departamento Jurídico tem impetrado ação judicial para recebimento dos montantes em aberto.

O montante de R\$ 28.520.773,62 é referente aos inadimplentes do programa SICOBE do período de setembro de 2013 a dezembro de 2014, em que a CMB, com base na Instrução Normativa nº 1390/2013 alterada pela Instrução Normativa nº 869/2008 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, passou a faturar diretamente aos envasadores de bebidas.

O valor de R\$ 8.207.452,09 refere-se a clientes do exterior cujo maior montante refere-se UTE - União Transitória de Empresas - CMB/SECM, R\$ 6.856.565,36 atualizado pela variação cambial.

(b) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa

As Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) foram constituídas conforme disposições disciplinadas na Lei nº 13.097/2015, de 19/01/2015 (conversão da Medida Provisória nº 656, de 07/10/2014) e suas alterações e critérios administrativos definidos pela CMB.

Para os clientes comerciais nacionais e do exterior, constitui-se PECLD na integralidade dos saldos em aberto.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

Com relação às pendências de créditos a receber relativas ao Programa SICOBÉ e SCORPIOS acerca da avaliação sobre a probabilidade real das pendências identificadas serem devidamente liquidadas pelos Clientes, a constituição das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), observou os seguintes critérios:

- 1) Foram constituídas PECLD de clientes inadimplentes com valores iguais ou inferiores a R\$1.000,00 no período de 01/01/2014 à 31/12/2018;
- 2) Foram constituídas PECLD de clientes inadimplentes com valores em aberto há mais de cinco anos, com date base igual ou inferior à 31/12/2013.
- 3) Considera-se o valor líquido de recebimento, ou seja, o saldo do serviço a faturar deduzido dos custos de repasse sobre a prestação de serviços de leituras.

Com relação às pendências de créditos a receber relativas aos clientes comerciais acerca da avaliação sobre a probabilidade real das pendências identificadas serem devidamente liquidadas pelos Clientes, a constituição da PECLD, observou os seguintes critérios:

- 1) Para clientes comerciais classificados no Curto Prazo e em aberto há mais de 180 dias, a sua totalidade; e
- 2) Para clientes comerciais classificados no Longo Prazo, a sua totalidade.

Não obstante a constituição das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), a Administração deliberou por manter o ajuizamento das ações pertinentes a Clientes Inadimplentes, conforme definido no plano de ação do Departamento Jurídico, no sentido de agilizar os procedimentos de cobranças extrajudiciais e judiciais, sendo priorizados aqueles que possuem maiores saldos devedores individuais e também os mais antigos na tentativa de afastar eventualmente pronunciamento de prescrição.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2018**

(c) Efeito Líquido no Resultado da Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa – SICOBE, SCORPIOS e Envasadores

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
PROGRAMA SICOBE		
Contas a Receber	570.637.068,02	570.637.068,02
Constituição - PECLD	94.919.198,84	85.533.295,72
Custos a Pagar - SICPA	109.131.204,95	471.082.622,81
Expurgo efeito - PECLD	60.297.421,06	54.335.026,11
PECLD CONTABILIZADA	34.621.777,78	31.198.269,61
EFEITO NO RESULTADO 2018		3.423.508,17
PROGRAMA SCORPIOS		
Contas a Receber	49.193.039,42	49.193.039,42
Constituição - PECLD	8.226.640,27	7.432.678,94
Custos a Pagar - SICPA	6.931.742,24	34.962.116,20
Expurgo efeito - PECLD	4.216.613,83	3.809.664,19
PECLD CONTABILIZADA	4.010.026,44	3.623.014,75
EFEITO NO RESULTADO 2018		387.011,69
PROGRAMA SICOBE - ENVASADORES		
Contas a Receber	28.502.773,62	28.706.701,37
Constituição - PECLD	2.153.260,72	35.293,20
Custos a Pagar - SICPA	18.117.821,44	18.235.932,05
Expurgo efeito - PECLD	1.367.858,87	22.420,01
PECLD CONTABILIZADA	785.401,85	12.873,19
EFEITO NO RESULTADO 2018		772.528,66
PECLD TOTAL CONTABILIZADA 2018	39.417.206,07	34.834.157,56
EFEITO NO RESULTADO 2018		4.583.048,51

A perda estimada com crédito de liquidação duvidosa reconhecida no resultado no grupo de despesas comerciais em 2018 foi de R\$ 4.583.048,51.

5.2 – TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR DE LONGO PRAZO

	VALORES (EM R\$)	
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	31/12/2018	31/12/2017
IPI A RECUPERAR	4.919.413,59	0,00
COFINS E PIS A RECUPERAR - INSUMOS	633.077.981,76	614.685.405,39
IR E CSLL A RECUPERAR - CRÉDITO TRIBUTÁRIO	127.561.621,71	211.440.370,77
COFINS E PASEP - RETENÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS	134.934.939,20	130.345.824,69
(-) PERDA ESTIMADA COM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	(20.891.051,04)	0,00
TOTAL	879.602.905,22	956.471.600,85

O valor de R\$ 4.919.413,59 refere-se à PER/DCOMP constituída no exercício de 2018 referente a créditos sobre aquisição de insumos da produção.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

Os saldos credores de R\$ 633.077.981,76 sobre COFINS e PASEP a Compensar - Insumos são provenientes da aquisição de matéria prima e serviços utilizados na fabricação de produtos/serviços com exclusividade conforme legislação vigente.

Ato contínuo, a RFB indagou quanto da sujeição da CMB ao regime não-cumulativo de incidência tributária. Após ajuizamento pela CMB, foi declarada tutela de urgência e conferido o direito de utilizar o regime de incidência não-cumulativa na apuração do PIS/PASEP e da COFINS em suas operações contábeis.

Apesar da concessão da liminar, a questão versada no processo é inovadora. Isso porque envolve o pedido de manutenção em um regime típico de empresa privada para uma estatal prestadora de serviço público. O tratamento dado através da Fazenda Pública pelo judiciário implica, para os entes públicos, o regime cumulativo de apuração do PIS e da COFINS.

Nesse sentido, vale dizer, que o juiz de primeira instância deslocou a competência para uma das varas do DF/Brasília, em que a CMB interpôs recurso que tramita no Tribunal Regional Federal da 2ª região.

Dessa forma, já que existe decisão judicial favorável, mesmo que liminar, conforme avaliação do Departamento Jurídico, mantém-se viável a recuperabilidade do crédito tributário.

O valor de R\$ 127.561.621,71 do Imposto de Renda e da Contribuição Social a Recuperar é referente a créditos tributários acumulados provenientes de saldos negativos de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - DIPJ's anuais, corrigidos monetariamente pela Taxa Selic. A variação de R\$ 83.878.749,06 do saldo desses créditos refere-se à utilização de pedidos de compensação e restituição de IRPJ e CSLL, R\$ 80.125.174,93 e R\$ 23.481.552,78 respectivamente. Elaboração de PER/DCOMP referente ao exercício de 2017 no valor de R\$ 9.299.103,52 - IRPJ e R\$ 3.569.621,21 - CSLL e atualizações monetárias pela Taxa SELIC no valor de R\$ 6.859.253,90.

Os saldos credores de R\$ 114.043.888,16 apurados sobre COFINS e PASEP a Compensar - Retenção de Órgãos Públicos, atualizados pela Taxa Selic, são decorrentes do aproveitamento nas declarações das retenções tributárias dos clientes de vendas com exclusividade: Banco Central do Brasil - BACEN, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF, Departamento de Polícia Federal - DPF e Ministério das Relações Exteriores - MRE, na liquidação de suas respectivas faturas atualizados.

Foi constituída Perda Estimada com Créditos Tributários de retenção de órgãos públicos no valor de R\$ 20.891.051,04 (R\$ 3.698.980,68 ao PIS e R\$ 17.192.070,36 ao COFINS), relativa a pedidos de ressarcimento realizados fora do prazo legal. Esses valores ainda não apresentam julgamento, nem mesmo em esfera administrativa das autoridades competentes, mantendo-se o processo de cobrança ora em curso.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2018**

5.3 – CRÉDITOS A RECEBER POR AÇÕES JUDICIAIS

(a) Praticamente Certos

A composição da conta Créditos a Receber por Ações Judiciais foi realizada mediante avaliação dos processos judiciais pelo Departamento Jurídico e classificados como praticamente certa a probabilidade de ocorrência de entrada de benefício econômico, baseada na condição de processos em trânsito em julgado, conforme quadro a seguir:

PRATICAMENTE CERTOS	31/12/2018	31/12/2017
DEPTO. DE TRANSITO DO RIO DE JANEIRO	5.008.025,74	5.008.025,74
GOLD CREDIT E BANCO DE DEPÓSITOS ESPECÍFICOS LTDA	2.298.173,82	2.298.173,82
EBF - VAZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	1.648.893,34	0,00
CDP DO BRASIL TECNOLIA E EQUIP.LTDA	988.583,86	988.583,86
SIDNEY C DORE INDUSTRIA DE REFRIGERANTES LTDA	760.965,93	0,00
ESTADO DE SANTA CATARINA	412.225,86	0,00
SILVEIRA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA	349.533,12	349.533,12
APOIO ENGENHARIA E COMUNICACAO	326.772,93	326.772,93
EBF - VAZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	231.784,54	0,00
ESTADO DE SANTA CATARINA	230.024,92	0,00
UNIAO FEDERAL	203.616,51	0,00
TETRA CAIXA INDUSTRIA E COMERCIO	103.981,00	103.981,00
DEMAIS PROCESSOS	683.986,55	7.174.815,15
TOTAL	13.246.568,12	16.249.885,62

Do saldo da rubrica “Demais Processos”, R\$ 5.519.804,50, referente ao processo 1996.51.01.012064-0, transitado na 16ª Vara Federal do Estado do Rio de Janeiro, tendo por objeto da ação da empresa PERMETAL S/A referente a anulação da rescisão unilateral do contrato nº 2653/94 de fornecimento de discos metálicos e bi metálicos. Em fevereiro de 2018, foi homologado acordo na 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no valor de R\$ 57.168.532,05 entre a CMB e a empresa PERMETAL S/A.

O acordo será pago por meio do fornecimento de discos de aço inoxidável ao longo de 4 anos (2018 a 2021), com base do preço médio das últimas licitações. Com o acordo homologado, procedemos a baixa do valor no Ativo Contingente.

(b) Provável ocorrência

Os processos judiciais/administrativos do quadro abaixo foram analisados pelo Departamento Jurídico e classificados como sendo provável o ingresso de benefício econômico. Esses valores não foram reconhecidos nas Demonstrações Contábeis do exercício de 2017, conforme preceitua o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e deliberado pela IN nº 594/2009 da CVM.

	VALORES (EM R\$)	
PROCESSOS JUDICIAIS/ADMINISTRATIVOS	31/12/2018	31/12/2017
PROCESSOS PROVÁVEIS	832.269.040,76	288.629.288,29
TOTAL	832.269.040,76	288.629.288,29





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

5.4 – DEPÓSITOS JUDICIAL

Os valores dos depósitos recursais efetuados pela CMB foram atualizados pelos índices de correção disponibilizados no site do Tribunal Superior do Trabalho – TST, até 31/12/2018.

CRÉDITOS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
JUDICIAL - CÍVIL	0,00	17.251.962,56
RECURSAL - TRABALHISTA	11.866.495,17	10.608.013,99
TOTAL	11.866.495,17	27.859.976,55

Em 25 de janeiro de 2018 a CMB conseguiu receber o montante referente aos depósitos judiciais de R\$ 17.251.962,56, corrigidos monetariamente totalizando R\$ 17.896.397,64, relativo ao processo ganho sobre a Companhia Estadual de Águas e Esgotos – RJ - CEDAE sob nº 00012775-92.2011.4.02.5101 referente à cobrança indevida da taxa de esgotamento sanitário, transitado em julgado na 3ª Vara Federal do Estado do Rio de Janeiro.

5.5 – INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

TÍTULOS - VALOR CONTÁBIL	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
CIA TROPICAL DE HOTÉIS	133.822,38	133.822,38
SEMP TOSHIBA AMAZÔNIA	132.257,54	132.257,54
FACEPA	99.313,93	99.313,93
CIA INDUSTRIAL DE MADEIRAS	65.379,63	65.379,63
POLIPLAST	52.643,81	52.643,81
COPENOR	48.059,34	48.059,34
ENGEX SA	26.378,82	26.378,82
BETA SA	11.284,47	11.284,47
TOTAL	569.139,92	569.139,92

Representam Investimentos em ações oriundas de créditos relacionados a incentivos fiscais provenientes de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – DIPJ's, mantidos em custódia no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para liquidação apenas em balcão em atendimento ao Decreto nº. 1.068/1994, que trata da desmobilização da Participação de Empresas Públicas e Estatais em outras empresas sem nenhuma interferência da CMB.

PERDAS ESTIMADAS PARA REDUÇÃO DE INVESTIMENTO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
PERDAS ESTIMADAS PARA REDUÇÃO DE INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	569.139,92	37.663,29
TOTAL	569.139,92	37.663,29

A Provisão para Perda de Investimentos Temporários no valor de R\$ 569.139,92 foi constituída no exercício de 2018 para ajustar os valores desses investimentos ao valor de realização no mercado.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2018**

5.6 – OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO		
NOTAS DO TESOURO NACIONAL	1.990.437,20	1.877.749,47
TOTAL	1.990.437,20	1.877.749,47

NOTAS DO TESOURO NACIONAL			
DATA BASE	VENCIMENTO	31/12/2018	31/12/2017
01/01/2004	01/01/2020	1.734,15	1.635,97
01/01/2006	01/01/2021	349.866,96	330.059,40
01/01/2014	01/01/2030	1.638.836,09	1.546.054,10
TOTAL		1.990.437,20	1.877.749,47

Os créditos são provenientes do Programa Nacional de Desestatização (Lei nº 8.031 de 12 de abril de 1990 e suas alterações), e Decreto nº 3.859 de 04 de julho de 2001, que estabelece no artigo nº 06 as características das Notas do Tesouro Nacional – NTN (resgate em 15 anos, atualização pela taxa TR e juros anuais de 6%).

NOTA 6 – ATIVO NÃO CIRCULANTE – INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.

6.1 – INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS

	VALORES (EM R\$)	
INVESTIMENTOS	31/12/2018	31/12/2017
FINOR	459.504,93	459.504,93
FINAM	1.210.401,66	1.210.401,66
OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA MUSEU	490.966,91	490.966,91
TOTAL	2.160.873,50	2.160.873,50

Representam Certificados de Investimento – CI – provenientes de incentivos fiscais do FINOR e FINAM de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – DIPJ's no valor de R\$1.669.906,59 mantidos em custódia no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para liquidação no mercado em atendimento ao Decreto nº 1.068/1994, que trata da desmobilização da Participação de Empresas Públicas e Estatais em outras empresas sem nenhuma interferência da CMB.

	VALORES (EM R\$)	
PERDAS ESTIMADAS PARA REDUÇÃO DE INVESTIMENTO	31/12/2018	31/12/2017
PERDAS ESTIMADAS PARA REDUÇÃO DE INVESTIMENTO	(1.665.940,87)	(1.667.484,87)
TOTAL	(1.665.940,87)	(1.667.484,87)

O ajuste ao valor de mercado implicou perdas estimadas para redução do investimento de R\$ 1.665.940,87.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

6.2 – IMOBILIZADO

6.2.1 – IMOBILIZADO TÉCNICO

A CMB adotou os procedimentos dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, para controle e contabilização dos bens patrimoniais.

O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos depois da dedução da Depreciação e Amortização Acumuladas e Perdas Estimadas por Redução ao Valor Recuperável assegura que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedam os de recuperação por uso ou venda.

Segue o quadro comparativo da evolução e composição do Ativo Não Circulante – Imobilizado:

6.2.1.1 – ATIVO IMOBILIZADO

ITENS	31/12/2018	31/12/2017
IMOBILIZADO	1.485.783.754,31	1.457.436.900,67
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.137.597.647,42	1.120.805.607,80
INSTALAÇÕES	143.224.491,24	142.206.322,45
EDIFÍCIOS	124.642.838,50	124.220.175,70
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	25.653.759,43	24.835.744,84
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	47.959.701,73	39.010.413,89
VEÍCULOS	2.821.578,10	2.474.898,10
TERRENOS	3.883.737,89	3.883.737,89
(-) DEPRECIÇÃO	(839.869.028,57)	(765.138.754,46)
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	(3.305.035,14)	0,00
IMOBILIZAÇÃO EM ANDAMENTO	4.733.114,71	20.044.699,86
IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO	1.635.474,94	10.605.045,97
IMOBILIZAÇÕES DE IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO	17.619,55	9.287.254,05
OBRAS EM ANDAMENTO	2.791.279,49	152.399,84
IMOBILIZAÇÕES DE PROJETOS EM ANDAMENTO	288.740,73	0,00
TOTAL	647.342.805,31	712.342.846,07

(a) Imobilizado

Custo de Aquisição	Máquinas e Equipamentos		Móveis e Utensílios		Computadores e Periféricos		Veículos		Terrenos		Total
	Equipamentos	Instalações	Edifícios	Utensílios	Periféricos	Veículos	Terrenos	Total			
Saldo Inicial - 2018	1.120.805.607,80	142.206.322,45	124.220.175,70	24.835.744,84	39.010.413,89	2.474.898,10	3.883.737,89	1.457.436.900,67			
Imobilizações	16.807.616,83	1.020.777,23	422.662,80	888.590,74	8.954.374,17	346.680,00	0,00	28.440.701,77			
- Imobilizações em Andamento	2.399.579,60	450.000,00	0,00	540.696,63	8.954.374,17	346.680,00	0,00	12.691.330,40			
- Importações em Andamento	14.408.037,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.408.037,23			
- Obras em Andamento	0,00	570.777,23	422.662,80	347.894,11	0,00	0,00	0,00	1.341.334,14			
- Projetos em Andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Baixas	(15.577,21)	(2.608,44)	0,00	(70.576,15)	(5.086,33)	0,00	0,00	(93.848,13)			
Depreciação	(563.135.347,00)	(128.145.610,02)	(94.149.552,90)	(18.675.104,51)	(33.276.960,04)	(2.486.454,10)	0,00	(839.869.028,57)			
Perda por redução ao valor de recuperação	(3.305.035,14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.305.035,14)			
Saldo Final - 2018	571.157.265,28	15.078.881,22	30.493.285,60	6.978.654,92	14.682.741,69	335.124,00	3.883.737,89	642.609.690,60			





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

1) Os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto de cada item do Imobilizado foram através do valor contábil original de aquisição e pelo valor da atualização cambial nas Importações em Andamento

2) As imobilizações referentes ao exercício 2018 totalizam R\$ 28.440.701,77 distribuídos em diversas contas patrimoniais. Os valores mais representativos estão discriminados abaixo:

Do montante de 16.807.616,83 referente à Máquinas e Equipamentos, R\$ 7.848.249,82 refere-se à aquisição de máquinas para o Departamento de Cédula – DECED e R\$ 5.966.634,34 para o Departamento de Moedas e Medalhas – DEMOM. Do montante de 8.954.374,17 referente à Computadores e Periféricos, R\$ 8.448.309,43, refere-se à aquisição de solução para o Departamento de TI Corporativo e Comunicação - DETIC.

(b) Vida Útil Econômica x Taxas Fiscais

1) O método de cálculo de depreciação empregado foi o da depreciação da vida útil por grupo de ativos. Anualmente, por força da Lei nº 11.638/2007 e CPC 27 - Ativo Imobilizado, a CMB procede à avaliação da vida útil dos seus ativos. A Depreciação calculada segundo a vida útil econômica foi de R\$ 74.814.895,98 e a Depreciação segundo as normas fiscais da Receita Federal do Brasil foi de R\$ 105.473.508,83.

DESCRIÇÃO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
DEPRECIÇÃO - TAXA FISCAL (RFB)	105.473.508,83	97.827.834,18
DEPRECIÇÃO - VIDA ÚTIL ECONÔMICA	(74.814.895,98)	(66.724.709,91)
RESULTADO	30.658.612,85	31.103.124,27

2) O valor total no exercício de 2018 da depreciação apurado pelo método de vida útil econômica de acordo com a Lei nº 11.638/2007, dividiu-se da seguinte forma: (a) Depreciação fabril utilizada diretamente em custos – R\$ 55.570.363,33; e (b) Depreciação administrativa utilizada na área de apoio – R\$ 19.244.532,65.

(c) Redução ao Valor Recuperável do Ativo Imobilizado (*Impairment*)

A companhia avalia os ativos imobilizados quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - UGCs). Os ativos vinculados ao desenvolvimento e produção dos produtos da CMB, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor, ou quando há indicação de que o valor contábil possa não ser recuperável.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso de um ativo e seu valor justo líquido de despesa de venda. Considerando-se a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, usualmente o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC). As





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

principais premissas dos fluxos de caixa foram definidas pela Convergry Serviços e Contabilidade LTDA EPP empresa especializada para efetuar o Teste de *Impairment* dos bens do Ativo Imobilizado, determinado pelo art. 183 da Lei nº 11.638/2007 e pelo Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC 01 (R1), empresa contratada através do processo de licitação nº 0380/2018, que gerou o contrato nº 0338/2018.

Após a realização do Teste de *Impairment*, a empresa constatou que bens do grupo de ativos de "Máquinas e Equipamentos", que montam o valor líquido contábil de R\$ 3.305.035,14, apresentam perda por desvalorização por não atenderem a definição de ativo. Esses ativos foram descontinuados da operação da CMB não fluindo, portanto, quaisquer benefícios econômicos a CMB. Contudo a Convergry definiu também no relatório que em caso de alienação futura, a CMB poderá fazer a reversão da perda ou parte dela quando da efetiva realização.

A empresa também identificou dentro da UGC DEGER, especificamente na área de Cartões, itens relevantes do grupo Máquinas e Equipamentos que montam o valor de R\$ 6.756.985,86, relativamente novos, com grande capacidade de geração de receita, mas que no momento aguardam demanda. Um ativo atende a sua definição quando gera caixa para a empresa, desse modo, recomendou a administração um plano de ação, já enviado pelo DECOF para as áreas responsáveis, para buscar a geração de receitas dessas máquinas na atividade da CMB. Segundo relatório se esse cenário permanecer inalterado nos próximos 2 (dois) anos, haverá necessidade de reconhecimento de perda de todo o seu valor líquido contábil, o que impacta em prejuízo à Companhia.

(d) Imobilizações em andamento

Custo de Aquisição	Imobilizações de				Total
	Imobilizações em Andamento	Importações em Andamento	Obras em Andamento	Imobilizações de Projetos em Andamento	
Saldo Inicial - 2018	10.605.045,97	9.287.254,05	152.399,84	0,00	20.044.699,86
Aquisições	6.417.881,06	14.392.706,71	3.994.565,61	18.024,14	24.823.177,52
Transferências para Ativo Imobilizado	(14.804.887,56)	(14.436.545,64)	(1.341.334,14)	0,00	(30.582.767,34)
- Máquinas e Equipamentos	2.399.579,60	14.408.037,23	0,00	0,00	16.807.616,83
- Instalações	450.000,00	0,00	570.777,23	0,00	1.020.777,23
- Edifícios	0,00	0,00	422.662,80	0,00	422.662,80
- Móveis e Utensílios	540.696,63	0,00	347.894,11	0,00	888.590,74
- Computadores e Periféricos	8.954.374,17	0,00	0,00	0,00	8.954.374,17
- Veículos	346.680,00	0,00	0,00	0,00	346.680,00
- Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Software	2.113.557,16	28.508,41	0,00	0,00	2.142.065,57
- Direito de Uso de Comunicação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devoluções	(274.347,94)	0,00	(6.940,88)	0,00	(281.288,82)
Transferências	(308.216,59)	(9.225.795,57)	(7.410,94)	270.716,59	(9.270.706,51)
Saldo Final - 2018	1.635.474,94	17.619,55	2.791.279,49	288.740,73	4.733.114,71

A CMB utiliza como critério de controle dos seus ativos imobilizado e intangível a classificação inicial no grupo de contas de Imobilizações em andamento. Após a avaliação, se o ativo se encontra em local e condições capazes de funcionamento pretendidos pela Administração, o ativo estará pronto para uso e alocado em conta contábil de acordo com a sua especificidade de funcionamento.

1) A conta "Imobilizações em Andamento", encerrou o exercício de 2018, com o saldo de R\$ 1.635.474,94, no qual desse montante o valor de R\$ 1.223.992,22 se refere à aquisição de solução





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

de controle de acesso de pessoas e veículos, adquirida através do contrato nº 0447 de 2017. Esse valor será transferido para a conta do imobilizado técnico após sua conclusão.

2) A conta “Obras em Andamento”, encerrou o exercício de 2018, com o saldo de R\$ 2.791.279,49 no qual desse montante o valor de R\$ 2.455.000,02 se refere à aquisição de sistema de proteção contra incêndio para o depósito de inflamáveis do parque industrial da CMB, adquirido através do contrato nº 0086 de 2017. Esse valor será transferido para a conta do imobilizado técnico após sua conclusão.

3) Ao longo do exercício de 2018 a CMB, em acompanhamento dos bens em andamento, validou a ativação de R\$ 30.582.767,34, sendo R\$ 28.440.701,77 para o Ativo Imobilizado e R\$ 2.142.065,57 para o Ativo Intangível.

4) Em 2018 a CMB criou a conta “Imobilizações de Projetos em Andamento”, transferindo em julho de 2018, o valor de R\$ 270.716,59, classificado anteriormente na conta Imobilizações em Andamento. Isso ocorreu para melhor controle referente às aquisições destinadas ao Projeto do Novo Passaporte e Sincraf.

6.3 – ATIVO INTANGÍVEL

ITENS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
INTANGÍVEL	48.126.769,64	46.074.685,47
SOFTWARE	48.126.769,64	45.984.704,07
DIREITO DE USO DE COMUNICAÇÃO	0,00	89.981,40
(-) AMORTIZAÇÃO	(41.339.973,05)	(37.793.332,94)
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	0,00	0,00
TOTAL	6.786.796,59	8.281.352,53

(a) Intangível

Custo de Aquisição	Direito de Uso		Total
	Software	de Comunicação	
Saldo Inicial - 2018	45.984.704,07	89.981,40	46.074.685,47
Aquisições	2.142.065,57	0,00	2.142.065,57
- Imobilizações em Andamento	2.113.557,16	0,00	2.113.557,16
- Importações em Andamento	28.508,41	0,00	28.508,41
- Obras em Andamento	0,00	0,00	0,00
- Projetos em Andamento	0,00	0,00	0,00
Baixas	0,00	(89.981,40)	(89.981,40)
Amortizações	(41.339.973,05)	0,00	(41.339.973,05)
Perda por redução ao valor de recuperação	0,00	0,00	0,00
Saldo Final - 2018	6.786.796,59	0,00	6.786.796,59

A CMB adotou os procedimentos dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, nos quais se define Ativo Intangível como ativo não monetário identificável sem substância física, para controle e contabilização dos bens patrimoniais. O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos depois da dedução de toda respectiva Amortização Acumulada e Perda Estimada por Redução ao Valor Recuperável





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

asseguram que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedam seus valores de recuperação por uso ou venda.

- 1) o critério de mensuração utilizado para determinar o valor contábil bruto de cada item do Intangível foi através do valor contábil original de aquisição;
- 2) o método de amortização empregado foi da vida útil econômica determinado pela Lei nº 11.638/2007; e
- 3) a vida útil de cada bem e as taxas de amortização foram aplicadas de acordo com o período de tempo durante o qual a CMB espera utilizar o respectivo bem.

(b) Amortização

1) O método de cálculo de amortização empregado foi o da vida útil por grupo de ativos. Anualmente, por força da Lei nº 11.638/2007 e 04 (R1) - Ativo Intangível, a CMB procede à avaliação da revisão da vida útil dos seus ativos. A Amortização calculada segundo a vida útil econômica foi de R\$ 3.546.640,11.

2) O valor total no exercício de 2018 da amortização apurada pelo método das cotas constantes e de acordo com a sua vida útil econômica dividiu-se da seguinte forma: (a) Depreciação fabril utilizada diretamente em custos - R\$ 25.106,88; e (b) Depreciação administrativa utilizada na área de apoio - R\$ 3.521.533,23.

(c) Redução ao Valor Recuperável do Ativo Intangível (*Impairment*)

Para avaliação da recuperabilidade de seus Ativos Intangíveis, a CMB utilizou os mesmos métodos já explicitados no item 6.2.1.1 (c).

Após a realização do Teste de *Impairment*, a empresa constatou que bens do grupo de ativos de "Direito de Uso de Comunicação", que montam o valor líquido contábil de R\$ 89.981,40, apresentam perda por desvalorização por não atenderem a definição de ativo. Esses ativos em razão das privatizações do setor de telecomunicações, perderam seu valor de mercado. Desse modo a CMB reconheceu a perda através de baixa definitiva do controle patrimonial, no exercício de 2018.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2018**

NOTA 7 – PASSIVO CIRCULANTE

7.1 – FORNECEDORES

FORNECEDORES	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
NACIONAIS	34.323.601,93	41.813.003,10
EXTERIOR	1.597.826,26	500.058,12
TOTAL	35.921.428,19	42.313.061,22

(a) Nacionais

FORNECEDORES	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
Sicpa Brasil Industria de Tintas e Sistemas Ltda	6.954.675,74	7.305.398,36
Amil Assistência Médica Internacional Ltda	3.815.933,00	4.288.769,45
Fedrigoni Brasil Papéis Ltda	3.807.406,71	1.851.021,68
Greencard SA Refeições Comercio e Serviços	1.832.546,19	1.805.169,83
Light Serviços de Eletricidade SA	1.831.856,83	1.805.169,83
IC Supply Engenharia Ltda	1.660.301,25	1.700.886,65
Convida Refeições Ltda	1.454.515,11	0,00
Viação Cidade do Aço ltda	1.407.315,99	1.585.821,39
Expresso União Ltda	1.389.118,02	1.750.613,00
Kantro empreendimentos e Serviços Ltda	1.127.979,92	1.132.742,17
Outros	9.041.953,17	18.587.410,74
TOTAL	34.323.601,93	41.813.003,10

A Redução do saldo da conta de Fornecedores Nacionais na ordem de R\$ 7.489.401,17 deveu-se basicamente à renegociação de contratos com os principais prestadores de serviços da CMB. O aumento no saldo do Fornecedor Fedrigoni Brasil Papéis Ltda. deve-se ao contrato de prestação de serviços entre a CMB e a entidade para fornecimento de Cédulas pela Fedrigoni do Brasil Papéis ao Banco Central da República Bolivariana da Venezuela. A variação positiva de R\$ 1.454.515,11 da empresa Convida Refeições Ltda., refere-se à mudança da empresa de fornecimento de refeições aos funcionários, anteriormente era a Empresa Cook Pontual.

(b) Exterior

FORNECEDORES	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
Surys SAS	1.248.747,97	0,00
Mühlbauer Gmn & Co.	107.055,69	0,00
Ambienti D'interni Unipessla, lda	82.271,59	0,00
Outros	159.751,01	500.058,12
TOTAL	1.597.826,26	500.058,12

A principal variação da rubrica refere-se à empresa Surys SAS fornecedora de matéria-prima – laminados – para o produto passaporte.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

7.2 – EXIGIBILIDADE COM PESSOAL

(a) Exigibilidade com pessoal e encargos sociais

O valor de R\$ 9.454.856,10 corresponde à exigibilidade da CMB com pessoal e seus devidos encargos conforme explicitado no quadro a seguir:

EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
PESSOAL A PAGAR	270.839,14	13.172.840,48
INSS A RECOLHER	6.691.061,38	7.127.618,29
FGTS A RECOLHER	2.492.685,58	2.560.495,15
TOTAL	9.454.586,10	22.860.953,92

A redução apresentada na rubrica Pessoal a Pagar foi decorrente do pagamento das verbas indenizatórias de incentivo decorrentes do Plano de Desligamento Voluntário (PDV), divididas em 4 parcelas.

(b) Férias e encargos sociais

FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
FÉRIAS A PAGAR	27.556.840,63	26.885.823,98
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE FÉRIAS	10.382.495,21	10.236.484,70
TOTAL	37.939.335,84	37.122.308,68

A Provisão para Férias e Encargos Sociais constituída no valor de R\$ 37.939.335,84 foi realizada em função do número de dias que cada empregado tem direito, valorada à remuneração mensal da data do Balanço.

7.3 – PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO

Em virtude do impacto da ADE RFB 75/2016, que suspendeu a obrigatoriedade do SICOBE a partir de 13/12/2016, representando quebra de faturamento e ingressos financeiros na ordem aproximada de R\$1,4 bilhão, aliado ao impacto da aplicabilidade da Emenda Constitucional 93/2016, que estabeleceu a retenção da DRU de 30% sobre as receitas provenientes dos códigos DARF 4805 – Taxa pela Utilização do Selo de Controle; e 4811 – Taxa pela Utilização dos Equipamentos Contadores de Produção, proporcionando efeitos relevantes no resultado e também no fluxo de caixa da CMB no exercício de 2017 e 2018, não houve lucro líquido nos exercícios que originassem participação nos resultados no ano de 2017 e 2018. O saldo da rubrica refere-se a exercícios anteriores de Participação dos Empregados no Lucro. A variação de R\$ 12.838,69 refere-se ao pagamento de PLR de exercícios anteriores a empregados que não haviam recebido.

PARTICIPAÇÃO NO LUCRO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO	3.675.944,37	3.688.783,06
TOTAL	3.675.944,37	3.688.783,06





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

7.4 – REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DE DIRIGENTES

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL DOS DIRIGENTES	0,00	869.455,72
TOTAL	0,00	869.455,72

A variação do saldo da rubrica refere-se ao programa de Remuneração Variável Anual – RVA de Dirigentes da CMB, com percentual de 60% para o exercício corrente e 20% para os 2 exercícios subsequentes. Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorrida em abril de 2018 foi aplicada a redução de 100% em todas as parcelas diferidas e ainda não pagas dos exercícios anteriores, bem como na parcela à vista do Programa do ano anterior.

7.5 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

O valor de R\$ 9.767.761,49 corresponde aos tributos a serem recolhidos no curto prazo, conforme detalhado a seguir:

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
IRRF - EMPREGADOS	5.904.255,71	6.410.690,04
INSS - FORNECEDORES DE SERVIÇOS	1.093.718,80	887.078,66
TRIBUTOS FEDERAIS RETIDOS POR ORGÃOS PÚBLICOS	2.632.168,94	2.202.867,47
ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA A RECOLHER	21.603,33	218.994,90
ISS RETIDO DE TERCEIROS	57.987,10	82.517,81
ISS SOBRE MOVIMENTO ECONÔMICO	58.027,61	165.027,66
TOTAL	9.767.761,49	9.967.176,54

7.6 – EMPRÉSTIMOS

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
EMPRÉSTIMOS	75.710.977,18	54.269.426,44
TOTAL	75.710.977,18	54.269.426,44

A variação do saldo da rubrica refere-se ao pagamento das parcelas dos juros apropriados ao longo do período conforme disposições contratuais e a transferência para curto prazo da última parcela, no montante de R\$ 50.000.000,00 cujo vencimento ocorre em 08 de junho de 2019.

O Banco do Brasil apresentou, no dia 08/06/2018 a minuta de Aditivo de retificação e ratificação ao contrato de crédito fixo nº 330.900.704, firmado em 12/06/2014, entre a Casa da Moeda do Brasil e do Banco do Brasil S.A, no valor de R\$ 50.000.000,00 com vencimento final em 08/06/2018, contendo as novas premissas negociadas, e cuja análise foi efetuada pela área jurídica da CMB, que anuiu com o proposto. A modalidade adotada, de refinanciamento de parte da dívida R\$ 45.000.000,00 em 13 meses, permitiu o não pagamento de IOF de 1,8% sobre o saldo devedor e a manutenção da modalidade original de cobrança de encargos (percentual do CDI), com pagamento mínimo de 10% do valor da operação que será liquidada, com garantia de aplicação financeira de R\$ 7 milhões, e Duplicatas Mercantis no mínimo de R\$ 25 milhões, com prazo e forma de pagamento de 395 dias, 13 meses e pagamento de principal e juros mensais durante o





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

período, e encargos de 127% CDI (Certificado de Depósito Interbancário) mais tarifa de estruturação da operação de 0,5% sobre o valor da operação.

7.7 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	VALORES (EM R\$)	
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	31/12/2018	31/12/2017
SRF - PORTARIA 480	252.772.200,00	0,00
SRF - PROGRAMA SCORPIOS/SICOBÉ	26.202.310,42	26.388.238,15
SRF - SELO FÍSICO	4.510.437,46	4.510.437,46
FEDRIGONI BRASIL PAPÉIS LTDA	15.864.355,00	0,00
DIVERSOS CLIENTES	1.506.607,86	64.054,07
TOTAL	300.855.910,74	30.962.729,68

Em 06/12/2018 foi publicada a Portaria MF nº 480 que disciplinou os procedimentos no âmbito do Ministério da Fazenda, atual Ministério da Economia, para execução e destinação da receita decorrente das operações de Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais, e a segregação dos percentuais ainda retidos de Desvinculação da Receita da União (DRU) na ordem de 30% dos valores arrecadados.

O valor de R\$ 252.772.200,00 refere-se ao pagamento das operações de Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais, que passará a ocorrer até o último dia útil do trimestre civil subsequente à arrecadação da mesma. De modo que em 24/12/2018 foi recebido R\$ 159.012.433,60 e em 27/12/2018 R\$ 93.759.766,40. Porém, como o recebimento se deu nos últimos dias do ano de 2018, não houve a possibilidade pelo departamento responsável para proceder à conciliação, à emissão de notas fiscais e às respectivas baixas dos títulos em aberto.

Os valores de R\$ 26.202.310,42 e 4.510.437,46 referem-se a recebimentos dos programas SICOBÉ/SCORPIOS e SELOS FÍSICOS ainda pendentes de conciliação pelo Departamento Comercial.

O valor de R\$ 15.864.355,00 refere-se ao adiantamento realizado pela empresa Fedrigoni Brasil Papéis na ordem de 25% do contrato de prestação de serviços de impressão, numeração, corte, acabamento e embalagem de cédulas na denominação de Bs 2000 (Bolívares) e Bs 20 (Bolívares), da contratante para atender o Banco Central da República Bolivariana da Venezuela, conforme item 4.2 desta Nota Explicativa.

7.8 – PROVISÃO PARA CUSTOS SOBRE SERVIÇOS A FATURAR

	VALORES (EM R\$)	
PROVISÃO PARA CUSTOS SOBRE SERVIÇOS A FATURAR	31/12/2018	31/12/2017
SICOBÉ	83.456.108,88	83.456.109,03
SCORPIOS	60.715.185,22	85.895.169,99
TOTAL	144.171.294,10	169.351.279,02

O custo de SICOBÉ no valor de R\$ 83.456.108,88 é referente às parcelas de 2019 do acordo de pagamento celebrado entre a CMB e a SICPA do Brasil Indústria de Tintas e Sistemas Ltda.

Conforme informado no item 1.1 (b) Assinatura do Contrato de Parceria do Sistema de Controle de Rastreamento de Cigarros (SCORPIOS) – a CMB amparada pela Lei 13.303/2016 – Lei de





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

Responsabilidade das Estatais, celebrou contrato de parceria junto à empresa Ceptis Indústria e Comércio de Tintas e Sistemas visando à continuidade do Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (SCORPIOS). Nesta parceria, que se iniciou em setembro de 2018, foi estabelecida a Matriz de custos Pré-Aprovados – MCPA – que define por níveis de cooperação tecnológica a proposta de solução implementada e que foram estabelecidos consensualmente entre as partes. Após a recuperação dos custos incorridos na parceria, o resultado positivo deverá ser dividido em iguais parcelas para ambas as partes. Os custos referentes à parceria neste período foram computados na rubrica Provisão de Custos a faturar.

A provisão para custo do programa SCORPIOS de R\$ 60.715.185,22 é referente ao saldo no exercício de 2018 das leituras/contagens mensais advindas do relatório gerencial do programa administrado pela Receita Federal do Brasil ainda não pagos devido ao recebimento dos valores de serviços prestados do programa somente ao final de 2018, conforme explicitado no item 1.1 (b) Recebimento de valores retidos pela União sob a forma de taxas por serviço público. Tais valores, após a conciliação feita pelo Departamento Comercial, serão repassados à empresa prestadora dos serviços.

7.9 – PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

CONCILIAÇÃO DO IRPJ E CSLL	31/12/2018
Lucro do Exercício antes dos Impostos e Contribuições	(93.358.526,11)
Alíquota Normal	34,00%
Despesa Esperada à Taxa Nominal	0,00
Adições / Exclusões	31/12/2018
Provisão/Reversão Teste de Impairment	3.305.035,14
Provisões/Reversões p/Contingências Passivas	6.444.911,88
Provisões/Reversões p/Créditos de Liquidação Duvidosa	5.894.639,83
Provisões/Reversões p/Perda de Investimento	529.932,63
Participação do Lucro Diretoria	(869.455,72)
Provisões/Reversões p/Contingências Ativas	(13.246.568,12)
Provisão/Reversão Depreciação Acelerada Incentivada	0,00
Parcela Lucro Contratos Pessoa Jurídica Dir. Público	4.718.334,35
Dividendos Recebidos	(68.733,56)
Exclusão Parcela referente Vendas Monopolizadas	(378.680.268,77)
Juros do Tesouro Nacional - NTN	(112.687,73)
Depreciação Fiscal maior que Depreciação Econômica	(30.658.612,85)
Multas não Dedutíveis	3.020.736,16
TOTAL DAS ADIÇÕES/EXCLUSÕES	(399.722.736,76)
BASE DE CÁLCULO LALUR	(493.081.262,87)
Imposto de Renda e Contribuição Social	31/12/2018
Imposto de Renda	0,00
Contribuição Social	0,00
Alíquota Efetiva	0,00%





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

Em 2018, não foram provisionados os valores de Imposto de Renda de pessoa jurídica e Contribuição Social sobre o lucro líquido em decorrência do prejuízo fiscal apurado após as adições e exclusões legais.

7.10 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Os valores constantes desta rubrica referem-se basicamente às parcelas do Plano de Desligamento Voluntário (PDV) realizado em 2017, e que serão realizados até o término do exercício seguinte.

	VALORES (EM R\$)	
OUTRAS OBRIGAÇÕES	31/12/2018	31/12/2017
OUTRAS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	4.598.082,88	4.372.548,65
DEPÓSITOS E CAUÇÕES EM GARANTIA	1.216.886,11	1.024.108,51
TOTAL	5.814.968,99	5.396.657,16

(a) Maior, menor e remuneração média de empregados

Em dezembro de 2018 a maior remuneração nesta empresa foi de R\$ 30.312,71 e a menor foi de R\$ 3.824,49. A remuneração média dos empregados foi de R\$ 9.278,31. Tais remunerações desconsideram Presidente, Diretores, Estagiários e Jovens Aprendizizes.

	VALORES (EM R\$)	
REMUNERAÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
MAIOR REMUNERAÇÃO	30.312,71	29.060,29
REMUNERAÇÃO MÉDIA	9.278,31	8.673,36
MENOR REMUNERAÇÃO	3.824,49	2.839,67

NOTA 8 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

8.1 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	VALORES (EM R\$)	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	31/12/2018	31/12/2017
EMPRÉSTIMOS	0,00	50.000.000,00
TOTAL	0,00	50.000.000,00

A variação nesta rubrica refere-se à transferência para o curto prazo da última parcela do empréstimo, conforme descrito no item 7.6 desta nota.

8.2 – PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

A Casa da Moeda do Brasil reconhece e divulga as suas contingências passivas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM nº 594/2009, que aprovou o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

(a) Contingentes prováveis

A Provisão para Passivos Contingentes no valor de R\$ 21.013.767,51 foi constituída conforme avaliação do Departamento Jurídico, sendo classificada como sendo provável saída de recursos, conforme composição abaixo:





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2018**

	VALORES (EM R\$)	
CONTINGENTES PROVÁVEIS	31/12/2018	31/12/2017
TRABALHISTAS	10.244.075,61	2.931.740,15
CÍVEIS	10.769.691,90	11.637.115,48
TOTAL	21.013.767,51	14.568.855,63

(b) Contingentes possíveis

O saldo dos Passivos Contingentes Possíveis apresenta valores que não foram reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2018, conforme preceitua o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

	VALORES (EM R\$)	
CONTINGENTES POSSÍVEIS	31/12/2018	31/12/2017
TRABALHISTAS	9.631.750,89	4.323.000,00
CÍVEIS	48.469.772,49	229.888.074,08
TOTAL	58.101.523,38	234.211.074,08

8.3 – PROVISÃO PARA CUSTOS SOBRE SERVIÇOS A FATURAR

	VALORES (EM R\$)	
PROVISÃO PARA CUSTOS SOBRE SERVIÇOS A FATURAR	31/12/2018	31/12/2017
SICOBÉ	301.424.199,27	384.998.418,60
SCORPIOS	92.826.912,23	6.931.742,24
TOTAL	394.251.111,50	391.930.160,84

O valor de R\$ 301.424.199,27 refere-se a parcelas de 2020 a 2021 do acordo de pagamento celebrado entre a CMB e a SICPA do Brasil Indústria de Tintas e Sistemas LTDA e o saldo do custo do serviço a faturar sobre a leitura dos envasadores inadimplentes. Já o valor de R\$ 92.826.912,23 refere-se ao custo de serviços a faturar mantidos no longo prazo e que não foram pagos por conta da falta de repasse dos valores recebidos do programa junto à RFB que foram regulamentados, conforme explicitado no item 1.1 (b) Recebimento de valores retidos pela União sob a forma de taxas por serviço público desta Nota Explicativa e serão pagos à Prestadora de Serviço assim que forem conciliados.

8.4 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

O valor de R\$ 22.887.075,50 constituído na rubrica Outras Contas a Pagar no Passivo Não Circulante contempla parcela de longo prazo do plano de saúde dos empregados que aderiram ao PDV-2017.

	VALORES (EM R\$)	
CONTAS A PAGAR	31/12/2018	31/12/2017
OUTRAS CONTAS A PAGAR	22.887.075,50	26.808.839,07
TOTAL	22.887.075,50	26.808.839,07





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

NOTA 9 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Segundo o Art. 189 Parágrafo único da Lei nº 6.404/1976 o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

A Administração através da Ata da 2ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 25 de Março de 2019 deliberou que o prejuízo do exercício fosse integralmente compensado com a Reserva de Investimento, mantendo o saldo da Reserva Especial de Dividendos Mínimos Obrigatórios não distribuídos no valor de R\$ 14.291.822,11.

NOTA 10 – CAPITAL SOCIAL

Nos termos do Decreto nº 8.809 de 18 de julho de 2016 o capital da CMB é de R\$ 1.360.677.814,09.

NOTA 11 – RESERVAS

11.1 – RESERVAS DE LUCRO

(a) Reserva legal

Segundo o Art. 193 da Lei nº 6.404/1976 do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

Ao encerramento do exercício de 2018 a CMB apurou prejuízo contábil, de modo que não houve aumento desta reserva no exercício, mantendo o valor de R\$ 18.576.654,14 constituída até o Exercício de 2016.

	VALORES (EM R\$)	
RESERVAS DE LUCRO	31/12/2018	31/12/2017
RESERVA LEGAL	18.576.654,14	18.576.654,14
TOTAL	18.576.654,14	18.576.654,14

(b) Especial de Dividendos Mínimos Obrigatórios

A Reserva Especial de Dividendos Mínimos Obrigatórios não distribuídos no valor de R\$14.291.822,11 foi ao final do exercício de 2017 absorvida, em sua totalidade, pelo prejuízo contábil deste exercício. Entretanto, em abril de 2018 através da deliberação em Assembleia Geral Ordinária (AGO), determinou-se que o prejuízo do exercício de 2017 fosse integralmente absorvido pela rubrica Reserva para Investimentos. Mantendo, assim, a Reserva Especial de Dividendos Mínimos Obrigatórios não distribuídos durante o exercício de 2018.

	VALORES (EM R\$)	
RESERVAS DE LUCRO	31/12/2018	31/12/2017
RESERVA ESPECIAL DE DIVIDENDOS OBRIGATÓRIOS NÃO DISTRIBUÍDOS	14.291.822,11	0,00
TOTAL	14.291.822,11	0,00





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2018**

(c) Reserva para Investimentos

O Prejuízo do Exercício de 2018 no valor de R\$ 93.358.526,11, foi integralmente compensado com as Reservas de Investimento, apresentando a seguinte composição para o exercício:

	VALORES (EM R\$)	
RESERVAS DE LUCRO	31/12/2018	31/12/2017
RESERVA PARA INVESTIMENTOS	598.908.522,36	706.558.870,58
TOTAL	598.908.522,36	706.558.870,58

NOTA 12 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(a) Receita Líquida

	VALORES (EM R\$)	
COMPOSIÇÃO DA RECEITA	31/12/2018	31/12/2017
PRODUTOS - MERCADO INTERNO (1)	679.351.876,59	633.450.149,25
PRODUTOS - MERCADO EXTERNO (2)	53.674,86	0,00
SERVIÇOS - MERCADO INTERNO (3)	265.691.447,53	229.489.716,43
SERVIÇOS A FATURAR (4)	102.077.620,30	97.285.393,38
OUTRAS VENDAS (5)	452.661,40	283.118,80
FATURAMENTO BRUTO	1.047.627.280,68	960.508.377,86
(-) DEDUÇÕES SOBRE AS VENDAS (6)	12.958.106,37	3.719.885,16
RECEITA LÍQUIDA	1.034.669.174,31	956.788.492,70

1. Nesta rubrica são apresentados basicamente os valores de cédulas, moedas, medalhas e selos do correio para o mercado nacional;
2. Nesta rubrica são apresentados valores de cédulas faturadas ao Banco Central da República Bolivariana da Venezuela;
3. Nesta rubrica são apresentados valores de serviços prestados sobre a emissão de passaportes, bilhetes magnetizados, carteiras profissionais, diplomas e serviços de custódias de metais;
4. Nesta rubrica são apresentados os valores de leituras dos serviços de rastreabilidade do programa SCORPIOS;
5. Nesta rubrica são apresentadas outras receitas de materiais inservíveis, sucatas, leilões etc.
6. Nesta rubrica apresentam-se os valores de tributos incidentes sobre vendas e outras deduções sobre as vendas. A variação de R\$ 9.238.221,21 refere-se basicamente ao ICMS, PIS e COFINS sobre as operações de venda para o Cliente Fedrigoni Brasil Papéis onde a CMB possui a responsabilidade de impressão, numeração, corte, acabamento e embalagem de cédulas Bolívares, da República Bolivariana da Venezuela e as obrigações da contratante são fornecer à CMB o papel fiduciário necessário para a produção do total de cédulas.

(b) Custos de Produção

	VALORES (EM R\$)	
CUSTOS	31/12/2018	31/12/2017
CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	697.949.401,15	694.831.611,31
TOTAL	697.949.401,15	694.831.611,31

Nesta rubrica são apresentados os custos de fabricação do período representados basicamente pelos custos de produção de cédulas e moedas para o mercado nacional.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2018**

(c) Despesas Operacionais e Administrativas

DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
PESSOAL (1)	311.831.706,04	352.313.844,68
INSUMOS (2)	7.157.763,55	8.200.059,25
SERVIÇOS (3)	73.649.168,81	70.992.356,25
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO (4)	22.766.065,88	16.455.327,86
DESPESAS TRIBUTÁRIAS (5)	29.974.250,76	6.740.906,84
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS (6)	(1.592.156,78)	(3.659.388,12)
TOTAL	443.786.798,26	451.043.106,76

1. A variação desta rubrica justifica-se pela implementação do Plano de Desligamento Voluntário (PDV) ocorrido em 2017 e o desligamento de 212 funcionários em março de 2018 provocando a redução das despesas de pessoal e seus respectivos encargos;
2. O grupo de Despesas com Insumos apresentou diminuição no exercício de 2018, mesmo com a ampliação na demanda de matéria prima. Isso ocorreu porque esse aumento foi superado pela menor demanda dos materiais de Consumo e Produção e o aumento de insumos ligados à produção e transferidos para Estoque;
3. Nesta rubrica constam serviços prestados à CMB como Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás, Comunicação, Limpeza e Conservação, Aluguéis de Equipamentos e Manutenções em geral;
4. A variação na rubrica refere-se à depreciação e amortização de itens adquiridos durante o exercício, tais aquisições foram explicitadas no item 6.2.1.1 (d);
5. A variação da rubrica se explica pela constituição da Perda Estimada com Créditos Tributários de retenção de órgãos públicos no valor de R\$ 20.891.051,04 (R\$ 3.698.980,68 relativos ao PIS e R\$ 17.192.070,36 ao COFINS) conforme deliberação da Administração, conforme item 5.2 desta Nota;
6. As variações desta rubrica se referem basicamente ao desconto financeiro que está sendo discutido junto à DPF de diferenças de negociações contratuais; ao Plano de Demissão Voluntária – PDV realizado no ano de 2017; e pelo recebimento de indenizações referente a Créditos a Receber por Ações Judiciais – item 5.3 desta Nota Explicativa – da empresa PERMETAL S/A, referente ao processo 1996.51.01.012064-0, transitado na 16ª Vara Federal do Estado do Rio de Janeiro.

(d) Resultado Financeiro Líquido

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2018	31/12/2017
RECEITAS FINANCEIRAS	35.445.114,31	94.265.490,81
DESPESAS FINANCEIRAS	(21.736.615,32)	(22.775.683,29)
TOTAL	13.708.498,99	71.489.807,52

O grupo Resultado Financeiro Líquido apresenta as receitas e as despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da CMB como rendimentos de aplicações financeiras, juros, atualizações monetárias da SELIC e atualizações cambiais. A variação de R\$ 57.781.308,53 se





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

explica pela brusca redução no saldo de aplicações financeiras devido à redução do disponível da CMB durante os exercícios de 2017 e 2018.

NOTA 13 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O fato excepcional ocorrido na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido foi a manutenção da Reserva Especial de Dividendos Mínimos Obrigatórios não distribuídos com a compensação do prejuízo contábil do exercício em sua integralidade através pela Reserva para Investimento, conforme preconiza o Art. 189 Parágrafo único da Lei nº 6.404/1976.

NOTA 14 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Casa da Moeda do Brasil mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável” e plano de assistência médica. O reconhecimento destes benefícios se dá pela forma disposta pela Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas a seguir as informações sobre o programa de benefícios pós-emprego da Casa da Moeda do Brasil - CMB. A avaliação atuarial foi realizada pela Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda. - ASSISTANTS, com base em informações fornecidas pela Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil - CIFRÃO e pela Casa da Moeda do Brasil - CMB.

15.1 1.Plano previdenciário e outros benefícios a empregados

15.1.1.Da Controladora

15.1.1.1.Programa Previdenciário

A Casa da Moeda do Brasil é mantenedora de um programa previdenciário enquadrado no regime de previdência privada (Fundos de Pensão) admitido constitucionalmente como complementar aquele do Regime Geral provido pelo Estado, sob legislação específica (Lei nº 6.435/1977, revogada e substituída pela Lei Complementar nº 109/2001). Segundo esse normativo, os fundos de pensão são constituídos sob contribuições de empregados e empregadores, sob regime de capitalização, com regulamentação própria, geridos de forma independente através de entidades de finalidade específica criadas pelas empresas. A CMB, através de sua entidade de previdência complementar denominada CIFRÃO, instituiu um plano de benefícios definidos (PDBC), cuja principal característica previa a preservação de uma renda de inatividade similar ao nível das últimas remunerações dos empregados. Esse plano encontra-se fechado para novas adesões desde 27/01/2011.

Em 02 de setembro de 2010, como consequência das disposições das Leis Complementares nº 108 e 109/2001, a Casa da Moeda do Brasil instituiu um novo plano de previdência complementar,





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

denominado MoedaPrev, no modelo de plano de contribuições definidas durante a fase de capitalização, cuja característica principal é a de assegurar uma renda na inatividade como contrapartida às contribuições prévia e paritariamente fixadas para a empresa e para os participantes. A contabilização dos planos de contribuição definida é direta porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período. Consequentemente, não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial. Por essa razão, somente foi avaliado neste relatório o programa previdenciário criado sob a característica de Benefício Definido.

A Casa da Moeda do Brasil também é mantenedora de um plano de saúde a favor de seus empregados, porém contratado sob o modelo de faixas etárias, o que não caracteriza risco de subsídio indireto da empresa aos funcionários inativos. Por essa razão, o plano também foi excluído da avaliação de benefícios pós-emprego deste Relatório Atuarial.

O programa de benefícios previdenciários é mantido através das seguintes modalidades de planos:

O Plano BD oferece os seguintes benefícios previdenciários:

Complementação de Aposentadoria por Invalidez

Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço (ou Contribuição)

Complementação de Aposentadoria por Velhice (Idade)

Complementação de Aposentadoria Especial

Benefício de Pensão

Benefício de Abono Anual

Suplementação de Auxílio-Doença

Além dos benefícios previdenciários acima, o Plano BD garante os seguintes direitos:

Benefício Mínimo

Resgate de Contribuições

Benefício Proporcional Diferido

Autopatrocínio

Prevalece o regime atuarial de capitalização e com avaliações periódicas realizadas em conformidade com a legislação da previdência privada, reportadas ao órgão de fiscalização e controle do Ministério da Previdência Social.

A CMB adota os procedimentos recomendados pelas Normas Internacionais de Contabilidade emanadas pelo IASB - International Accounting Standards Board, uma entidade privada sem fins lucrativos, com sede em Londres, que atua na padronização de normas contábeis com o objetivo de permitir análises comparativas globais, deve avaliar as obrigações assumidas em relação aos benefícios pós-emprego mantidos a favor de seus colaboradores, tais como planos previdenciários, planos de assistência médica, seguros de vida, entre outros (formais ou informais). A adoção das normas do IASB pela CMB permite o melhor entendimento de suas operações e assegura os





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

padrões necessários à credibilidade da Instituição. O trabalho de padronização do IASB tem o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Bank for International Settlements (BIS) e do Banco Mundial (BIRD), que vêm incentivando a adoção das normas pelas empresas, governos e organismos normatizadores nacionais.

Em 31/12/2018, o valor presente das obrigações da CMB, segundo as normas acima mencionadas, para com o programa previdenciário era de R\$ 529.979.934,05. Os ativos acumulados e investidos no mercado financeiro através da CIFRÃO, na mesma data, montavam R\$ 356.528.838,69, revelando pois, um déficit de cobertura de R\$ 173.451.095,36. Dada as características do plano, que permitem o rateio do déficit junto aos participantes em proporções iguais, e ao avançado estágio de aprovação deste junto à PREVIC, a Casa da Moeda do Brasil opta por registrar 50,15% do déficit apurado, entendendo ser o restante devido pelos participantes do Plano de Benefício Definido.

Para a estimativa das obrigações de longo prazo, a ASSISTANTS utilizou o método do Crédito Unitário Projetado. Esse método (também conhecido como método de benefícios acumulados com pró-rata de serviço ou como método benefício/anos de serviço) considera cada período de serviço como dando origem a uma unidade adicional de direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

A seguir, descrevemos detalhadamente as premissas atuariais adotadas, estabelecidas de forma imparcial pelo atuário independente:

Taxa de Juros de Longo Prazo

O método utilizado para cálculo da taxa de desconto foi a “Duration” baseada nos fluxos futuros de pagamento de benefícios. Esse método está de acordo com as normas nacionais e internacionais que versam sobre o tema.

A taxa de 4,55% a.a. informada abaixo se refere à taxa de desconto utilizada no cálculo das obrigações de longo prazo, determinada pelo critério da “Duration de Macaulay”.

A seguir, o fluxo estimado de pagamentos e a taxa correspondente de NTN-B, dada pela ANBIMA:

Ano	Valor Projetado R\$	Valor Presente R\$	NTN-B	Ano	Valor Projetado R\$	Valor Presente R\$	NTN-B
2019	39.552.981,07	38.490.639,42	2,76%	2040	4.813.201,28	1.672.163,09	4,92%
2020	40.209.623,19	37.872.005,47	3,04%	2041	5.065.570,39	1.677.267,24	4,92%
2021	40.436.479,29	36.534.889,65	3,44%	2042	5.058.868,78	1.596.454,79	4,92%
2022	40.197.161,28	34.255.179,69	4,08%	2043	5.224.054,79	1.571.231,70	4,92%
2023	40.022.921,63	32.541.908,46	4,23%	2044	5.376.379,72	1.541.174,25	4,92%
2024	39.809.262,78	30.687.753,48	4,43%	2045	5.852.666,70	1.578.184,66	4,97%
2025	38.559.430,48	28.462.632,54	4,43%	2046	5.750.129,11	1.477.067,31	4,97%
2026	36.011.255,47	25.191.527,07	4,57%	2047	6.090.587,40	1.490.392,10	4,97%
2027	34.479.375,08	23.066.284,63	4,57%	2048	5.726.155,54	1.334.821,42	4,97%
2028	30.494.936,32	19.319.927,36	4,67%	2049	6.022.285,91	1.337.334,55	4,97%
2029	26.883.388,87	16.271.948,02	4,67%	2050	5.635.804,08	1.193.629,59	4,97%
2030	20.403.815,42	11.674.844,14	4,76%	2051	5.726.827,51	1.155.480,43	4,97%
2031	13.479.619,65	7.362.279,80	4,76%	2052	5.525.604,85	1.062.094,40	4,97%
2032	8.753.514,87	4.563.647,90	4,76%	2053	5.694.095,09	1.042.660,24	4,97%
2033	6.943.520,26	3.455.447,82	4,76%	2054	5.555.088,03	969.044,78	4,97%
2034	5.943.310,40	2.823.241,44	4,76%	2055	5.550.710,51	932.572,25	4,94%
2035	5.728.700,73	2.539.323,30	4,90%	Total	577.861.570,91	385.146.705,37	4,55%
2036	5.598.135,03	2.365.487,39	4,90%				
2037	5.433.496,94	2.188.628,74	4,90%				
2038	5.278.355,63	2.026.780,52	4,90%				
2039	4.974.256,83	1.820.755,72	4,90%				





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

Inflação

A taxa de inflação aplicada nas projeções de curto prazo, quando requerida no processo de avaliação atuarial, foi de 3,96% para 2019, conforme indicação do Boletim Focus, do Banco Central do Brasil.

Taxa Real de Crescimento Salarial

A premissa crescimento salarial de longo prazo foi determinada a partir da política de cargos e salários, dos reajustes salariais dos empregados da Empresa, e do crescimento vegetativo da folha de pagamentos da Patrocinadora. Segundo as informações recebidas, a premissa mais aderente para a projeção salarial de longo prazo a ser utilizada é de 1,2% a.a.

Taxa de Rotatividade

A avaliação atuarial dos programas tem por base o princípio da continuidade empresarial. A taxa de rotatividade adotada nas avaliações é nula.

Tábuas Biométricas

As premissas biométricas foram objeto de teste de aderência realizado pela Cifrão e confirmadas pela ASSISTANTS. Os testes realizados e reportados em relatório específico demonstraram os seguintes resultados:

Tábua geral de sobrevivência

AT-83 Basic.

Tábua de entrada em invalidez

Álvaro Vindas.

Mortalidade de inválidos

Winkelevoss desagravada em 30%.

Fatores de Capacidade de Salários e de Benefícios

No programa de previdência privada, considerando a inflação anual projetada de 3,96% e seu efeito sobre salários e benefícios, esses fatores foram determinados em 0,98.

Projeções de Vínculos Futuros

Para efeito de estimação de vínculos e características etárias futuras, os padrões adotados foram:

Servidores com cônjuges no período pós-emprego: 95%

Diferença de idade entre servidores e cônjuges: 4 anos a mais para homens.

Desta forma, de acordo com as hipóteses anteriormente descritas, o resultado da avaliação pode ser assim resumido:





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

•Plano de Benefício Definido

Participantes em atividade				
Faixa etária	Nº empregados	Idade média	Tempo médio de empresa (anos)	Salário médio (R\$)
34-38 anos	1	36,94	16,83	4.614,24
39-43 anos	4	41,35	19,21	6.011,16
44-48 anos	10	47,43	24,56	9.652,43
49-53 anos	44	52,29	29,46	8.125,72
54-58 anos	53	56,39	31,95	10.262,49
59-63 anos	32	61,45	32,86	10.517,80
64-68 anos	7	65,31	33,01	11.250,07
69-73 anos	3	70,61	43,69	10.682,99
Total Geral 2018	154	55,85	30,80	9.571,40
Ano 2017	347	58,97	34,28	9.264,07

Aposentados			
Faixa etária	Nº aposentados	Idade média	Benefício médio (R\$)
44-48 anos	2	48,72	451,87
49-53 anos	7	50,99	593,34
54-58 anos	34	57,43	2.313,83
59-63 anos	192	61,78	3.304,71
64-68 anos	233	66,47	3.019,51
69-73 anos	181	71,26	2.593,51
74-78 anos	68	76,51	3.860,27
79-83 anos	29	81,14	5.431,47
84-88 anos	10	86,2	1.922,44
89 anos ou mais	13	92,28	2.688,87
Total Geral 2018	769	67,97	3.075,93
Ano 2017	626	68,23	2.686,44





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2018**

Pensionistas			
Faixa etária	Nº pensionistas	Idade média	Benefício médio (em R\$)
39-43 anos	1	43,98	3.264,44
44-48 anos	4	46,57	1.614,48
49-53 anos	11	52,62	1.177,62
54-58 anos	25	56,84	1.321,73
59-63 anos	38	62,12	2.211,11
64-68 anos	45	66,48	2.414,32
69-73 anos	35	71,5	1.745,73
74-78 anos	21	76,31	4.540,70
79-83 anos	18	81,54	1.834,98
84-88 anos	29	86,68	1.577,81
89 ou mais	18	91,87	1.821,06
Total Geral	245	70,71	2.107,78
Ano 2017	244	70,05	1.941,84

- Programa de Desligamento Voluntário – PDV

Faixa etária	Nº titulares	Nº cônjuges	Nº dependentes	Total beneficiários	Idade média	Média da mensalidade (em R\$)	Média de prazo até extinção (em anos)
0-18 anos	0	0	14	14	14,83	161,52	4,00
19-23 anos	0	0	17	17	21,76	109,26	4,00
24-28 anos	0	0	21	21	27,03	12,38	4,00
29-33 anos	0	0	20	20	31,26	0,00	4,00
34-38 anos	0	2	6	8	36,64	202,22	4,00
39-43 anos	0	1	0	1	41,99	362,43	4,00
44-48 anos	1	12	0	13	47,17	789,92	3,99
49-53 anos	9	30	0	39	51,68	747,94	3,96
54-58 anos	52	54	0	106	57,04	821,09	3,92
59 ou mais	262	129	43	434	66,38	939,22	3,89
Total 2018	324	228	121	673	58,82	803,05	3,92
Ano 2017	333	240	139	712	57,57	842,13	4,32





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2018**

- Plano de Contribuições Variáveis – MoedaPrev

Empregados em atividade				
Faixa etária	Nº empregados	Idade média	Tempo médio de plano (em anos)	Salário médio (em R\$)
24-28 anos	15	27,77	4,91	5.829,36
29-33 anos	76	32,00	5,03	8.777,30
34-38 anos	122	36,70	4,66	9.049,56
39-43 anos	83	41,32	4,57	9.878,34
44-48 anos	64	46,22	4,72	10.555,39
49-53 anos	43	51,30	5,33	11.006,79
54-58 anos	36	56,28	5,10	15.623,17
59-63 anos	8	60,21	6,07	11.220,86
64-68 anos	2	65,12	6,00	12.359,95
Total Geral	449	41,33	4,85	10.031,67

Aposentados			
Faixa etária	Nº aposentados	Idade média	Benefício médio (em R\$)
54-58 anos	3	55,04	795,99
59-63 anos	8	61,11	1.398,31
64-68 anos	1	65,32	532,94
69-73 anos	1	70,90	936,33
Total Geral	13	60,79	1.157,21

Pensionistas			
Faixa etária	Nº pensionistas	Idade média	Benefício médio (em R\$)
29-33 anos	1	29,67	532,27
34-38 anos	1	37,60	349,29
49-53 anos	1	50,70	776,49
Total Geral	3	39,32	552,68





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2018**

Estado de equilíbrio dos programas

•Plano de Benefício Definido

Item	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
Obrigações no início do exercício	438.736.413,15	520.699.532,42	500.135.212,93
Custo do serviço corrente	4.905.986,22	5.537.932,21	1.337.416,22
Juros sobre a obrigação atuarial	46.333.779,43	48.889.399,50	41.879.880,16
(Ganhos)/Perdas atuariais	61.965.116,84	(37.485.452,27)	0,00
(-) Benefícios pagos no ano	(31.241.763,22)	(37.506.198,93)	(39.552.981,07)
Obrigações no final do exercício	520.699.532,42	500.135.212,93	503.799.528,24
Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício	325.392.059,00	379.913.077,60	345.216.121,74
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	35.702.252,46	36.547.647,29	29.290.617,72
Contribuições patronais normais	6.791.897,64	4.802.855,71	5.067.944,52
Contribuições normais participantes	7.625.178,23	5.050.487,77	5.329.244,39
Contribuições extraordinárias Patrocinadora	0,00	7.029.260,56	0,00
(-) Benefícios pagos	(31.241.763,22)	(37.506.198,93)	(39.552.981,07)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	35.643.453,49	(50.621.008,26)	0,00
Ativos financeiros no final do exercício	379.913.077,60	345.216.121,74	345.350.947,31
(Déficit)/Superávit apurado	(140.786.454,82)	(154.919.091,19)	(158.448.580,93)
Risk Sharing (calculado sobre a proporção contributiva)	70.393.227,41	77.227.166,96	79.224.290,47
Contrato de dívida	7.854.778,16	0,00	0,00
Passivo ao final do exercício	(62.538.449,25)	(77.691.924,23)	(79.224.290,47)

Composição da Carteira	31/12/2018	%
Fundos de investimento	325.231.477,17	94,21%
Investimentos Imobiliários	11.064.350,16	3,21%
Empréstimos e Financiamentos	8.772.206,65	2,54%
Disponível	171.268,23	0,05%
Passivo de investimentos (-)	(23.180,47)	-0,01%
Ativo Líquido	345.216.121,74	100,00%

Em relação às respectivas marcações à mercado realizadas pela Entidade de Previdência Complementar (Cifrao), as diferenças apuradas em relação aos vencimentos dos papéis estão detalhadas a seguir:

CIFRA ALM FIRF				
Descrição	BD	Moedaprev	PGA	Total
Marcação à mercado	88.795.253,91	14.978.209,08	2.031.457,90	105.804.920,89
Marcação à vencimento	74.232.991,40	12.521.809,63	1.698.302,45	88.453.103,48
Diferença	14.562.262,51	2.456.399,45	333.155,45	17.351.817,41





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2018**

Movimentação de Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Saldos	Valores em R\$ 31/12/2018
Saldo no início do exercício (a)	(30.874.294,67)
Total dos (ganhos)/perdas apurados no ano (b) = (c) + (d)	20.660.842,29
50% do (Ganho)/perda no valor das obrigações (c)	(18.798.954,31)
50% do (Ganho)/perda nos ativos financeiros (d)	39.459.796,60
Saldo ao final do exercício (e) = (a) + (b)	(10.213.452,38)

Movimentação do passivo atuarial líquido

Movimentação do passivo líquido	Valores em R\$ 31/12/2018
Passivo atuarial no início do exercício (a)	48.038.303,79
(Ganho)/perda a ser reconhecido em ORA com Risk Sharing aplicado (b)	20.660.842,29
Despesa/(receita) reconhecida em DRE com Risk Sharing aplicado (c) = (d) + (e) + (f) + (g)	4.879.892,32
Custo do serviço corrente (d)	2.768.966,11
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais (e)	24.444.699,75
(-) Contribuições esperadas de participantes (f)	(4.059.949,90)
(-) Rentabilidade projetada para os ativos financeiros (g)	(18.273.823,65)
Passivo antes dos ajustes (h) = (a) + (b) + (c)	73.579.038,40
Ajustes relativos às projeções realizadas x realidade apurada (j)	4.112.885,84
Passivo ao final do exercício (k) = (h) + (i)	77.691.924,23

Composição dos (ganhos)/perdas no valor das obrigações calculadas

Item	Impacto em R\$
Redução da taxa de desconto	29.631.283,05
Aumento da população de aposentados	61.287.903,68
Redução da população de ativos	(111.775.261,71)
Ajustes de experiência	(16.629.377,28)
(Ganho)/Perda ao final do exercício	(37.485.452,27)

Projeção de custos para 31/12/2019

a) Custo dos juros sobre as obrigações atuariais

Item	31/12/2019 (em R\$)
Juros sobre as obrigações atuariais no início do exercício	43.566.638,36
(-) Redução nos juros por pagamento de benefícios	(1.686.758,20)
Juros líquidos sobre as obrigações calculadas	41.879.880,16





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2018**

b) Rentabilidade esperada para o próximo exercício

Item	31/12/2019 (em R\$)
Rentabilidade esperada sobre os ativos financeiros	30.071.679,70
Rentabilidade esperada sobre as contribuições de participantes e patrocinadores	905.696,22
(-) Perda de rentabilidade com pagamentos de benefícios	(1.686.758,20)
Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	29.290.617,72

c) Despesa/(receita) projetada para o próximo exercício

Item	31/12/2019 (em R\$)
Custo do serviço corrente	1.337.416,22
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	41.879.880,16
(-) Contribuições esperadas de participantes	(5.329.244,39)
(-) Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	(29.290.617,72)
Total da despesa/(receita) apurada	8.597.434,26
Risk Sharing participantes (proporção contributiva)	(4.311.613,28)
Despesa/(Receita) líquida para o próximo exercício	4.285.820,98

Teste de sensibilidade das premissas utilizadas

Esta análise foi realizada submetendo as premissas mais significativas a algumas variações, refletindo seu efeito nos montantes das obrigações. Conforme demonstrado nos quadros abaixo, para o Programa de Previdência, as premissas analisadas foram as taxas de desconto e de crescimento salarial:

a) Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas

Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	500.135.212,93	0%
Aumento (1%)	437.185.834,52	-13%
Redução (1%)	568.644.904,72	14%

b) Sensibilidade do crescimento salarial sobre a obrigação calculada

Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	500.135.212,93	0%
Aumento (1%)	500.409.524,41	0%
Redução (1%)	499.861.307,76	0%

•Programa de Desligamento Voluntário

O Plano de Desligamento Voluntário – PDV da Casa da Moeda do Brasil – CMB tem por objetivo incentivar a adequação do seu quadro funcional à nova realidade da Empresa, bem como, proporcionar aos empregados o encerramento do vínculo trabalhista com a CMB de forma socialmente responsável e planejada. O PDV CMB 2017 é destinado a todos os empregados do quadro permanente da CMB que atendam aos requisitos exigidos, na data de referência de 01.02.2017 e tem como público-elegível cerca de 600 empregados, cujos desligamentos devem ocorrer durante o ano de 2017, em até 04 turmas, cabendo exclusivamente à CMB definir o cronograma de desligamento dos empregados optantes pelo PDV. Para ser considerado elegível, o empregado deverá atender a pelo menos um dos seguintes requisitos na data de 30/06/2017:





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

Empregados já aposentados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS ou que sejam elegíveis para aposentadoria pelo INSS até 30 de junho de 2017, com pelo menos 10 anos de tempo de vínculo empregatício com a CMB, excluídos os aposentados por invalidez; e

Empregados com vínculo empregatício com a CMB de no mínimo 30 (trinta) anos e idade mínima de 49 (quarenta e nove) anos.

O Tempo de vínculo empregatício na CMB será contado em anos inteiros, a partir da data de admissão até a data de 30 de junho de 2017, incluídos os períodos de cessão a outros órgãos públicos e de afastamento na vigência do contrato de trabalho, não sendo considerado como tempo de serviço o período de suspensão de que trata a Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994. Estão impedidos de aderir ao PDV CMB 2017 os empregados que estiverem com seu contrato individual de trabalho suspenso por motivo de aposentadoria por invalidez.

Incentivos financeiros do programa

O empregado que solicitar adesão ao PDV - CMB 2017 receberá todas as verbas rescisórias previstas em lei para desligamento a pedido, e:

A indenização equivalente a 40% do saldo do valor do FGTS utilizado para fins rescisórios;

A indenização equivalente ao valor referente ao “Aviso Prévio” proporcional, calculado de acordo com a Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011, ou seja, mínimo de 01 remuneração e máximo de 03 remunerações, dependendo do tempo de Empresa do empregado.

A oferta de plano de saúde, para empregado titular e cônjuge ou companheira(o) pelo período de 05 anos, e dependentes pelo período de 02 anos, mediante coparticipação mensal no valor de 20% ou reembolso por parte da CMB no valor de 80% (oitenta por cento) do valor das mensalidades praticadas;

Possibilidade de substituir, no momento da adesão e de forma irretroatável, o plano de saúde oferecido no item “c”, por indenização pecuniária parcelada, no valor mensal de R\$900,00 (novecentos reais por um período de 05 (cinco) anos.

O valor total máximo a ser pago ao(à) empregado(a) aderente não poderá ser superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), não incluídas as verbas relacionadas às férias e ao 13º salário. O valor mínimo a ser pago ao(à) empregado(a) aderente não poderá ser inferior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), não incluídas as verbas relacionadas às férias e ao 13º salário.

As obrigações relacionadas ao plano de assistência médica ou a indenização pecuniária, descritos nos itens “c” e “d” anteriores, implicam em passivos de longo prazo e estão avaliadas para fins de inclusão de seus valores nas demonstrações financeiras da empresa.

Premissas adotadas

Taxa de juros de longo prazo

Acompanhando as normas contábeis vigentes, para a definição da taxa de juros de longo prazo, foram adotadas as taxas de mercado dadas pelos títulos de emissão do governo federal em leilões mais recentes (NTN-B), comparadas ao fluxo das obrigações de longo prazo, sob a Metodologia chamada de “Duration”. A Duration, ou Duração de Macaulay, é definida como o prazo médio das operações ponderado pelos fluxos de caixa e pode assim ser definida:





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

Onde:

VP_i = é o valor presente do i -ésimo fluxo de caixa; t_i = é o prazo decorrente i -ésimo fluxo de caixa; D = Duration.

A taxa de juros calculada sob esse método e utilizada nesta Avaliação Atuarial foi de 4,55%aa.

Inflação

A taxa de inflação aplicada nas projeções de curto prazo, quando requerida no processo de avaliação atuarial, foi de 3,96% para 2019, conforme indicação do Boletim Focus, do Banco Central do Brasil.

Tábuas biométricas

As premissas biométricas foram objeto de teste de aderência realizado pela ASSISTANTS, que utilizou como base o histórico de benefícios e mortalidade dos últimos 5 anos da Patrocinadora. Os testes realizados e reportados em relatório específico demonstraram os seguintes resultados:

Tábua geral de sobrevivência

AT-83 Basic, segregada por sexo.

Projeções de vínculos futuros

Para efeito de estimação de vínculos e características etárias futuras, adotamos o cadastro real fornecido pela empresa relativo aos optantes do PDV.

Para a realização dos trabalhos de avaliação, a CMB repassou à ASSISTANTS os dados relativos aos diversos programas, de acordo com um “Caderno Preparatório” preliminarmente encaminhado, na data-base de 30/09/2018, destacando-se:

- Cadastro dos participantes optantes do programa de desligamento voluntário, contendo datas de nascimento e valor mensal do plano

Movimentação das obrigações e ativos financeiros			
Item	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
Obrigações no início do exercício	0,00	30.150.599,37	26.531.525,72
Custo do serviço corrente	0,00	0,00	0,00
Juros sobre a obrigação atuarial	0,00	2.058.702,63	2.182.068,57
(Ganhos)/Perdas atuariais	31.026.537,88	(2.933.016,59)	0,00
(-) Benefícios pagos no ano	(875.938,51)	(2.744.759,69)	(3.026.933,51)
Obrigações no final do exercício	30.150.599,37	26.531.525,72	25.686.660,78
Ativos financeiros no final do exercício	0,00	0,00	0,00
(Déficit)/Superávit apurado	(30.150.599,37)	(26.531.525,72)	(25.686.660,78)





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2018**

Reconciliação do passivo atuarial líquido	31/12/2018
Passivo líquido no início do exercício 2018	30.150.599,37
(Ganho)/perda a ser reconhecido em ORA	(2.933.016,59)
Despesa/(receita) reconhecida em DRE	2.058.702,63
Custo do serviço corrente	0,00
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	2.058.702,63
(-) Pagamento de benefícios	(2.744.759,69)
Passivo líquido ao final do exercício	26.531.525,72
(-) Passivo já registrado pela empresa	(27.405.799,68)
Ajuste realizado em DRE	(874.273,96)

Projeção de custos para o exercício findo em 31/12/2019

a) Custo dos juros sobre as obrigações atuariais

Item	31/12/2018 (em R\$)
Juros sobre as obrigações atuariais no início do exercício	2.311.153,78
(-) Redução nos juros por pagamento de benefícios	(305.008,13)
Juros líquidos sobre as obrigações calculadas	2.006.145,65

b) Despesa/(receita) projetada para o próximo exercício

Item	31/12/2019 (em R\$)
Custo do serviço corrente	0,00
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	2.006.145,65
(-) Contribuições esperadas de participantes	0,00
(-) Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	0,00
Despesa/(Receita) líquida para o próximo exercício	2.006.145,65

Teste de sensibilidade das hipóteses

a) Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas

Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	26.531.525,72	0%
Aumento (1%)	23.192.142,67	-13%
Redução (1%)	30.165.876,20	14%

b) Sensibilidade da inflação médica sobre as obrigações calculadas

Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	26.531.525,72	0%
Aumento (1%)	23.873.166,29	-10%
Redução (1%)	29.485.902,65	11%





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

Plano CV – Moedaprev

Situação de equilíbrio do plano	
Item	Valores em R\$ 31/12/2018
Obrigações no final do exercício	3.313.195,40
Ativos financeiros no final do exercício	11.312.716,95
(Déficit)/Superávit apurado	7.999.521,55
(-) Asset Ceiling (Regra IAS)	(7.999.521,55)
Passivo a ser reconhecido em 31/12/2018	0,00

Item	Projeção 31/12/2018
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	295.500,32
(-) Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	(1.008.969,01)
Total da despesa/(receita) apurada	(713.468,69)
(-) Asset Ceiling (Regra IAS)	713.468,69
(Receita)/Despesa a ser reconhecida em 31/12/2019	0,00

Parecer sobre os resultados apurados

a) Os trabalhos da ASSISTANTS foram baseados nas informações cadastrais, financeiras e contábeis encaminhadas pela empresa, exclusivamente para a data-base de 31 de dezembro de 2018, e tiveram como objetivo o cálculo dos passivos relacionados aos benefícios pós-emprego mantidos pela Casa da Moeda do Brasil a favor de seus empregados e ex-empregados, em atendimento às normas nacionais e internacionais de contabilidade, a saber: CPC nº 33 (R1) e IAS19-R respectivamente. Esta avaliação foi conduzida em conformidade com as normas atuariais e contábeis vigentes que compreenderam ainda:

- O planejamento dos trabalhos, considerando as práticas formais e informais da empresa mantidas e informadas pela administração;
- Testes de consistência da base cadastral relativa aos empregados ativos, aos aposentados e pensionistas dos planos;
- Definição das hipóteses atuariais com base nos testes de aderência realizados pela Entidade de Previdência Complementar;
- Definição das hipóteses financeiras, em conjunto com a empresa, para estimativa futura de benefícios e salários.

b) Não fez parte do escopo de nossos trabalhos:

- A auditoria dos ativos financeiros informados, bem como suas respectivas marcações à mercado;
- A auditoria dos benefícios concedidos e pagos pela Entidade de Previdência Complementar (Cifrao);
- A auditoria dos dados cadastrais e balancetes contábeis encaminhados, bem como quaisquer relatórios gerenciais encaminhados.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

c) As contribuições patronais normais e extraordinárias, demonstradas do item 6.1 deste Relatório, estão líquidas das despesas administrativas, cujo percentual informado pelo atuário da Entidade, em seu Demonstrativo Atuarial, foi definido conforme o texto a seguir:

“Para o custeio administrativo foi prevista a destinação de 15% das prestações amortizantes da Reserva Matemática a Constituir e 10% das contribuições normais vertidas, em consonância com a prática da entidade que admite como limite anual de recursos destinados à gestão administrativa dos planos de benefícios Previdênciais, por ela geridos, 9% da soma das contribuições e dos benefícios”.

Face ao expurgo das despesas administrativas sobre as contribuições vertidas pela Patrocinadora, a proporção contributiva apurada entre CMB e Participantes foi de 50,15% e 49,85%, respectivamente. Sobre esses percentuais, solicitamos esclarecimentos à Cifrão, uma vez que os regulamentos dos planos previdenciários preveem a paridade exata entre Patrocinador e Participantes. A Entidade nos prestou os seguintes esclarecimentos:

Plano PBDC: o balancete encaminhado é preliminar e apresenta algumas diferenças entre as contribuições dos participantes e da patrocinadora, mas que serão ajustadas no balancete final, devendo o saldo de ambas serem iguais, uma vez que neste plano existe a paridade contributiva. A tabela a seguir demonstra os saldos em 31/12/2018 e as proporções contributivas:

Conta Contábil	Descrição	Saldo Acumulado	Proporção
3.1.1.1.01.00.00.00	Patrocinador	5.393.307,77	50,15%
3.1.1.3.00.00.00.00	Participante	5.359.532,38	49,85%
3.1.1.3.01.00.00.00	Ativos	2.528.447,74	0,00%
3.1.1.3.02.00.00.00	Assistidos	2.831.084,64	0,00%
TOTAL		10.752.840,15	100,00%

Plano MoedaPrev: por força do regulamento do plano não existe paridade contributiva, ou seja, o participante contribui mais que a patrocinadora, uma vez que existe um limitador das contribuições da patrocinadora. A tabela a seguir demonstra os saldos em 31/12/2018 e as proporções contributivas:

Conta Contábil	Descrição	Saldo Acumulado	Proporção
3.1.1.1.01.00.00.00	Patrocinador	4.375.542,18	46,79%
3.1.1.3.00.00.00.00	Participante	4.974.986,01	53,21%
TOTAL		9.350.528,19	9.350.528,19

d) Relativamente ao Anexo I deste Relatório, esclarecemos que a taxa de 4,55% aa informada se refere à taxa de desconto utilizada no cálculo das obrigações de longo prazo, determinada pelo critério da “Duration de Macaulay”, descrita no item 4.1.

e) Em nossa opinião, exceto quanto à limitação de escopo descrita no item “b”, os passivos de longo prazo assumidos pela Casa da Moeda do Brasil, relativos aos benefícios pós-emprego mantidos, estão adequadamente calculados nesta Avaliação Atuarial e devidamente refletidos em suas Demonstrações Contábeis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

NOTA 16 – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO CIFRÃO (PBDC)

A Casa da Moeda do Brasil (CMB), a Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil (CIFRÃO) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) celebraram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), publicado no Diário Oficial da União em 19/12/2014, por meio do qual foi estabelecido um compromisso para o equacionamento do déficit do Plano Benefício Definido CIFRÃO (PBDC) e foi fixado um cronograma de execução e implementação das medidas propostas.

Pelo objeto do TAC, os compromissários devem equacionar a situação deficitária do Plano PBDC por meio da migração voluntária dos seus participantes, ativos e assistidos, para o Plano de Contribuição Variável – MoedaPrev, administrado pela CIFRÃO.

A data prevista originalmente para a conclusão do TAC se encerrou no dia 11 de junho de 2016, conforme disposto no item 22 do cronograma original. A partir da demora verificada nas análises realizadas pelos órgãos de supervisão e controle da patrocinadora, no caso o Ministério da Fazenda (MF), atual Ministério da Economia, e a atual Secretaria de Controle e Governança das Empresas Estatais (SEST), houve a necessidade de reprogramação das atividades.

Ressalte-se que a Diretoria Executiva da CIFRÃO, por meio do Ofício nº 012/2015, de 14 de setembro de 2015, obteve junto à PREVIC a suspensão da contagem dos prazos, Ofício nº 130/ERRJ/PREVIC, de 25 de setembro de 2015, até que os órgãos de supervisão e controle pudessem emitir seus respectivos pareceres.

Desta forma, no dia 1º de junho de 2016, com atraso de 370 (trezentos e setenta) dias, a CIFRÃO de posse das manifestações do MF e da SEST, pode finalizar as etapas 10 e 11 do cronograma. Posteriormente, se fez necessário ajustar as propostas de alteração dos regulamentos conforme recomendações dos órgãos de supervisão e controle da CMB, além da obrigatoriedade de atualizar todos os estudos atuariais antes do envio do processo do TAC à PREVIC, conforme prevê a Portaria PREVIC nº 527, de 08 de novembro de 2016.

No dia 08 de junho de 2018, a CIFRÃO se reuniu com a Chefe do Escritório de Representação da PREVIC no Rio de Janeiro para oficializar a entrega da Carta CT.CIF.168/2018, de 29 de maio de 2018, que encaminhou o processo de migração à Diretoria de Licenciamento da PREVIC para análise e manifestação final.

De acordo com a legislação vigente, aquela Diretoria teria 60 (sessenta) dias úteis para se manifestar, ou seja, o prazo se encerraria no dia 06 de setembro de 2018. No entanto, devido a complexidade da operação requerida e devido a necessidade de análise conjunta entre 02 (dois) órgãos internos da PREVIC, a Diretoria de Licenciamento prorrogou o prazo por mais 60 (sessenta) dias úteis, nos termos do Artigo 13 da Instrução PREVIC nº 33, de 1º de novembro de 2016, passando o prazo para o dia 06 de dezembro de 2018.

Após o recebimento de documento com a prorrogação do prazo, a CIFRÃO atualizou o Cronograma do TAC considerando manifestação da PREVIC no dia 06 de dezembro de 2018, e que a mesma aprovasse o processo de migração sem que houvesse nenhuma condicionante, conforme demonstrado no quadro a seguir:





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2018**

Item	Etapas	Status
9	Envio do Processo aos órgãos de supervisão e de controle da Patrocinadora	Concluído
10	Aprovação do órgão de supervisão da Patrocinadora	Concluído
11	Aprovação do órgão de controle da Patrocinadora	Concluído
12	Comunicado aos participantes e assistidos da Patrocinadora	Concluído
13	Montagem do dossiê e envio do processo a PREVIC	Concluído
14	Análise do Processo pela PREVIC	06/12/2018
15	Implantação do processo de migração após aprovação pela PREVIC	
16	Elaboração de Termos Individuais	05/01/2019
17	Criação de Simulador	05/01/2019
18	Campanha de Divulgação	06/03/2019
19	Período de opção dos participantes	05/05/2019
20	Implantação operacional da opção	04/06/2019
21	Levantamento de dados após o fim do processo migratório para fins de Avaliação Atuarial dos Planos	04/07/2019
22	Estudo apurando os resultados da migração e ajustes do custeio do PBDC para participantes e assistidos remanescentes	03/08/2019

No dia 23 de novembro de 2018, a Diretoria de Licenciamento encaminhou o Parecer nº 484/2018/CTR/CGTR/DILIC, de 29 de agosto de 2018, tendo como anexo o Despacho CAL s/nº, de 1º de novembro de 2018, da Coordenadoria de Autorizações daquela Autarquia. O conjunto de documentos composto de 32 (trinta e duas) páginas, contemplou diversos apontamentos e recomendações, dentre elas que o processo deveria ser submetido novamente aos órgãos de supervisão e controle da CMB para obtenção de manifestação favorável a operação, sem que haja condicionantes, pendências ou conflitos ainda não dirimidos entre as partes.

Neste sentido, a proposta de alteração dos regulamentos e os estudos de migração tiveram que ser alterados para atendimento das recomendações contidas nos documentos exarados pela PREVIC, além de adequar o Regulamento do PBDC à luz da Resolução CGPAR nº 25, de 06 de dezembro de 2018. Após as adequações, a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo da CIFRÃO aprovaram a proposta de migração nos dias 04 e 11 de fevereiro de 2019, respectivamente.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

Em atendimento ao solicitado pela PREVIC, a CIFRÃO encaminhou o processo de migração à CMB no dia 11 de fevereiro de 2019 para aprovação nos seus órgãos internos e posterior encaminhamento ao Ministério da Economia.

NOTA 17 – OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Em conformidade com o Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 26 (R1) e com base na análise da ASSISTANTS, o saldo de R\$ 10.213.452,38 foi evidenciado na Nota 15 referente ao Plano de Benefício Definido do Quadro de Movimentação de Outros Resultados Abrangentes e calculado de acordo com os itens 56 a 60 – Reconhecimento e Mensuração – do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil e referendado pela Deliberação CVM Nº 695 DE 13 de Dezembro de 2012.

NOTA 18 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Para assegurar a sustentabilidade financeira e a continuidade da CMB, conforme citado no item 1.1 (b) Principais Eventos Ocorridos em 2018 – Desligamento de Empregados – na 265ª Reunião Ordinária, o Conselho de Administração (CONSAD) da Casa da Moeda do Brasil, – CMB deliberou pela redução de R\$ 100 milhões nas despesas totais orçadas para 2019. Uma proposta de redução de despesas orçamentárias foi apresentada pela Diretoria Executiva ao CONSAD o qual também deliberou pela redução de 15% de suas despesas totais, incluindo aquelas relativas aos proventos dos conselheiros.

b) A CMB decidiu encerrar em definitivo o contrato firmado em 2010 com a Casa da Moeda da Argentina – CAMOAR numa parceria que resultou na constituição da União Transitória de Empresas – UTE.

Tal ato depende essencialmente de duas ações em território argentino: a indicação de um representante legal por parte da CMB e a auditoria das contas, com elaboração dos demonstrativos contábeis pendentes por parte da CAMOAR.

A indicação do representante legal já foi concluída, porém, ainda há alguma possibilidade de sua substituição; já a auditoria encontra-se pendente da entrega formal do relatório por parte da SIGEN – entidade contratada para elaborar as Demonstrações Contábeis pendentes e emitir os devidos pareceres contábeis pretéritos.

Sendo assim, já estão sendo conduzidas as tratativas internas pela Diretoria Executiva da CMB e tão logo recebidos os documentos da SIGEN, será encerrada formalmente a parceria e a correspondente baixa da instituição em território Argentino ainda no exercício de 2019.

c) Em 10 de janeiro de 2019 e em 11 de fevereiro de 2019, houve o recebimento do valor de R\$ 70.957.404,61 e R\$ 32.052.423,19, respectivamente, referentes ao Sistema de Controle de Rastreamento de Cigarros – SCORPIOS, conforme item 1.1 (b) Principais eventos ocorridos em 2018 – Recebimento de valores retidos pela União sob a forma de taxas por serviço público.

NOTA 19 – FATO RELEVANTE

Em 08 de setembro de 2016, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 93, que definiu nova redação ao artigo 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, na qual as taxas existentes ou que venham a ser criadas sejam passíveis de incidência de 30% de DRU – Desvinculação da Receita da União, agravado pelo disposto no artigo 3º, onde consta que a mesma





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2018

produz efeitos a partir de 01/01/2016, incidindo sobre a receita da Casa da Moeda do Brasil – CMB proveniente de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de Bebidas e Cigarros (classificação SOF na natureza de receita 11220111 – Taxas por prestação de serviços – Principal), instituída pela Lei nº 12.995/2014, que é uma receita orçamentária, arrecadada por meio dos códigos de DARF 4805 – Taxa pela Utilização do Selo de Controle e 4811 – Taxa pela Utilização dos Equipamentos Contadores de Produção.

A Secretaria de Tesouro Nacional – STN procedeu ao ajuste nos códigos de DARF 4805 – Taxa pela Utilização do Selo de Controle e 4811 – Taxa pela Utilização dos Equipamentos Contadores de Produção, para que toda a arrecadação registrada a partir de setembro de 2016 fosse destinada à DRU, até que fosse alcançada a correta proporção de 30% de DRU e 70% de recursos destinados à CMB, retroativos a 01/01/2016.

Ato contínuo, em dezembro de 2016, através do Ato Declaratório Executivo (ADE) da RFB nº 75/2016 foi suspensa a obrigatoriedade do Sistema de Controle de Bebidas (SICOBE), causando um impacto negativo no faturamento da CMB na ordem de R\$ 1,5 Bilhão, contrariando o disposto no Art. 13 da Lei 12.995/2014.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2018**

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 2018.

ALEXANDRE BORGES CABRAL
PRESIDENTE
CPF Nº 213.810.973-91

VAGNER DE SOUZA LUCIANO
DIRETOR DE
GESTÃO
CPF Nº 473.420.481-00

ARY VICENTE DE SANTANA
DIRETOR DE
DE INOVAÇÃO E MERCADO
CPF Nº 351.363.911-20

ABELARDO DUARTE DE MELO SOBRINHO
DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO
CPF Nº 260.056.467-53

JEHOVAH DE ARAÚJO SILVA JR
DIRETOR DE
CÉDULAS E MOEDAS
CPF Nº 814.513.507-91

ALEX AURELINO ALBUQUERQUE NUNES
CONTADOR
CPF: 078.198.927-22
CRC - RJ: 092.064/O-1

